

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª  
(DÉCIMA SEXTA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA COM O SETOR  
PRODUTIVO, COMO PARTE DO PROJETO *CÂMARA EM  
MOVIMENTO*  
DE 26 DE JUNHO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão extraordinária convocada por esta Presidência, no Sinduscon, dando continuidade ao projeto Câmara em Movimento.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Nesta ocasião, teremos a oportunidade de apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal, e dá outras providências”; e também o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira”.

Na realidade, estamos fazendo questão de abrir a sessão às 9h pois é uma tradição que temos hoje, na Câmara Legislativa, de sempre abrirmos as sessões no horário marcado. No entanto, eu gostaria de consultar os Líderes se há acordo para suspendermos esta sessão extraordinária para que possamos escutar o Coral Allegro, do Sindical, sob a regência de Isabela Sekeff, e depois as demais autoridades que desejarem usar da palavra. A seguir, retornaremos à sessão extraordinária, para votação. (Pausa.)

Declaro suspensa a sessão.

Ouviremos, então, o nosso Coral do Sindical.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

(Suspensa às 9h07min, a sessão é reaberta às 10h25min.)

(Sessão suspensa.)

(Apresentação musical.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Bom dia.

Quero agradecer muito ao Coral. Esta é a nossa primeira experiência de abertura do projeto Câmara em Movimento com a participação do coral. Já estão todos convocados para a próxima, que será em Taguatinga, na quinta-feira. Muito bom.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta semana, quinta-feira, uma sessão ordinária em Taguatinga fechará o nosso semestre.

Quero agradecer ao coral.

Fazemos questão de abrir a sessão no horário. A Câmara tem cumprido seus horários e todas as sessões são abertas às 15h pontualmente. Como aqui a sessão foi marcada para 9h, abrimos às 9h.

É com grande honra que a Casa está presente. Temos já cinco Deputados presentes neste pleno.

Eu gostaria de chamar o Presidente do Sinduscon, Sr. Botelho, para fazer sua saudação.

Lembro que estamos em sessão extraordinária. A sessão está suspensa e agora temos as falas em função da oficina que aconteceu.

Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Botelho.

SR. LUIZ CARLOS BOTELHO – Bom dia a todos. Sejam muito bem-vindos ao seio da sociedade civil, que é o setor produtivo do Distrito Federal.

Nós temos a honra de receber a Câmara em Movimento hoje, numa ação pioneira, dentro do seio desta sociedade, que é exatamente a força da geração de riquezas.

Nós cumprimentamos o Presidente, Deputado Joe Valle, e na sua pessoa cumprimentamos todos os Deputados Distritais e autoridades aqui presentes.

O nosso reconhecimento e agradecimento por esta iniciativa são inomináveis e traduzem o que basicamente a sociedade brasileira precisa, que é ter um Estado para ela e não ela para o Estado, até agora existente desde os anos 500.

Está na última hora de vencermos, em que o vencedor seja a sociedade e o Estado, o seu instrumento de administração e trabalho. Esta ação da Câmara Legislativa do Distrito Federal merece os nossos aplausos. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Botelho.

Eu só queria rapidamente fazer uma explicação. Esta atividade da Câmara tem acontecido em muitas gestões. Na gestão passada, inclusive, a Deputada Celina Leão fez a Câmara em Movimento. O que fizemos agora foi simplesmente manter esse processo, mas aperfeiçoando-o um pouco.

Antes de chegar e instalar a Câmara no local, vamos antes e fazemos uma oficina que tem um papel didático. Nesse primeiro momento da oficina, conversamos sobre o papel da Câmara Legislativa, a questão do orçamento e como funciona, para que possamos tirar o melhor proveito na ida da Câmara; e, logo em seguida, discutimos dez prioridades do setor ou do território.

Aqui, estamos inaugurando o primeiro momento de uma Câmara em Movimento temática. Estamos no tema Setor Produtivo, especialmente hoje vamos discutir algo sobre a parte da construção civil. Faremos outras temáticas no setor produtivo, porque ele é bastante robusto, muito desenvolvido e precisa muito.

Na oficina que aconteceu na semana passada, aqui mesmo, foram discutidas as prioridades que devem ser trabalhadas pelo Poder Legislativo. Feito isso, nós aqui vamos discutir essas prioridades, votar o que tivermos que votar em termos das prioridades e tomar as decisões que tiverem de ser tomadas em termo das prioridades.

A partir de hoje, durante seis meses, voltaremos aqui mensalmente – toda a nossa equipe de metodologia – e vamos, então, supervisionar essas prioridades, que são dez. A meta nossa é de que, em seis meses, 60% estejam consolidadas, sejam efetivadas.

Nós já fizemos isso em Vicente Pires. Na Estrutural, das dez prioridades, duas, ou seja, 20%, já foram cumpridas no primeiro mês que voltamos lá. Esse é um processo.

Lembro que a Câmara é uma mediadora de esforços. Há uma confusão muito grande, por parte da população – sei que aqui temos um público extremamente esclarecido –, de que a Câmara executa. Nós não executamos. Nós mediamos a execução, votamos o Orçamento, ou seja, legislamos, representamos e fiscalizamos. Então, essas dez prioridades nós trabalhamos nesse sentido.

Lembro que aqui é uma sessão. As sessões normalmente começam com o Comunicado dos Líderes, em que cada Líder de Bloco tem cinco minutos para falar. Depois, passamos aos Comunicados de Parlamentares, que passam a ter três minutos para fazer as suas falas e, por último, à Ordem do Dia, que especificamente são as votações.

Esse é o modelo de sessão que a gente cumpre todos os dias na Câmara Legislativa. As sessões acontecem, a partir das 15h, às terças, às quartas e às

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

quintas. Normalmente, às quintas-feiras, temos um assunto focal e transformamos a sessão numa comissão geral. Então, para todo assunto no qual precisamos nos aprofundar, que precisamos trazer a sociedade para fazer uma discussão em plenário, nós transformamos a sessão ordinária em comissão geral. E as sessões extraordinárias têm uma especificidade. Hoje, estamos numa sessão extraordinária.

Lembro ainda que, para quem quiser se inscrever para falar, o microfone estará aberto. Estamos com a sessão suspensa. Passamos, então, à lista das pessoas inscritas que nós já temos aqui para falar, com prioridade na oficina que aconteceu aqui no Sinduscon.

Vamos passar, então, a chamar as pessoas para as prioridades.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – De acordo com o Sr. Presidente, os levantamentos das dez demandas se encontram aqui conosco. Inicialmente, nós trataremos de quatro das demandas que foram apresentadas.

A primeira trata da aprovação da Lei de Permeabilidade, Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em segundo plano, a aprovação da Lei de Compensação Urbanística, Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017. Em terceiro, a aprovação do Novo Código de Obras, Projeto de Lei nº 1.621, de 2017, que “institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE”. E, em quarto plano, a aprovação da Lei de Uso e de Ocupação do Solo – LUOS.

Para esses quatro temas, nós convidamos o Vice-Presidente da Indústria Imobiliária do Sinduscon/DF, Sr. João Accioly.

Para cada tema, nós teremos três minutos disponíveis, perfazendo doze minutos.

Com a palavra o Sr. João Accioly.

SR. JOÃO ACCIOLY – Bom dia a todos. Eu gostaria de, primeiramente, cumprimentar os nobres e ilustres Deputados aqui presentes, na pessoa do Presidente, Deputado Joe Valle, e as autoridades aqui presentes.

Nós fomos incumbidos dessa missão, destacados para fazer alguns comentários sobre os projetos de lei aqui apresentados.

Nós participamos da oficina, e essa oficina teve uma presença muito grande do setor produtivo, em que foram destacadas as prioridades para o setor. E a prioridade número 1 – vamos começar por ela – é a Lei da Permeabilidade do Solo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Um comentário inicial sobre essa lei: é uma lei muito importante para o setor, muito importante para as atividades desenvolvidas no setor, mas também muito importante para a cidade, para o Distrito Federal.

Esse é um tema bastante sensível. Ele vem sendo discutido há muito tempo. A lei está bastante consistente. É um tema que envolve a questão da água. Ele não é a solução definitiva para esses problemas que a gente vem enfrentando, mas ele contribui imensamente para a questão da preservação e reserva das águas.

A lei vem, depois de muito tempo, de muitos debates, estudos, análises técnicas, trazer soluções, indicar soluções técnicas para dentro dos lotes urbanos. O objetivo, basicamente, é minimizar o impacto do processo de urbanização ao meio ambiente, principalmente no tema da água.

Só para se ter uma ideia, eu até gostaria de destacar a participação não só desses debates em nível de Executivo e das entidades da sociedade, mas em nível de Legislativo também, essas discussões já vêm ocorrendo dentro da Câmara Legislativa. Os exemplos que a gente queria destacar aqui são o Projeto de Lei nº 418, de autoria do Deputado Wasny de Roure; o Projeto nº 1.690, de autoria do Deputado Prof. Israel; o Projeto nº 17, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros; o Projeto nº 339, de autoria do Deputado Cristiano Araújo; o Projeto nº 460, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; e o Projeto nº 713, de autoria do Deputado Agaciel Maia.

Esse é um tema muito polêmico, e a gente entende que essa lei vem em convergência com essas discussões. Ele trata basicamente das funções dessa taxa de permeabilidade que tem como objetivo principal mitigar os impactos, como eu disse, do processo de urbanização, mitigar a formação de ilhas de calor, questões de umidade e qualidade do ar... Controle de vazão de águas pluviais, armazenamento, e, principalmente, a questão da recarga dos aquíferos. Esses são os objetivos principais dessa lei, que traz dispositivos no sentido de cumprir essas funções de forma artificial, como a gente costuma dizer. Nós entendemos que é um grande avanço. Para o setor, para as atividades do setor, ela é muito importante, porque abre a possibilidade de melhor aproveitamento dos lotes, resguardando essas funções e esses objetivos que a gente acabou de colocar. Existia a necessidade dessa regulamentação, desse marco regulatório, principalmente para que as nossas atividades e a sociedade pudessem começar a propor ações efetivas no sentido da sustentabilidade e do meio ambiente.

O segundo ponto seria o da compensação urbanística. É uma lei também que envolve um tema bastante sensível para o Distrito Federal, que trata sobre a questão da regularização. É bom destacar que o tema regularização é muito polêmico, muito discutido em todas as esferas do governo e da sociedade. Ela é limitada à regularização das edificações dentro dos lotes; ou seja, diz respeito à relação do edifício dentro do lote com o meio urbano. Ela não regulariza a questão fundiária ou a questão dos lotes, mas dá a possibilidade de regularizar os edifícios. Ela é um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

segundo momento no processo de regularização, que hoje é um grande desafio para o Distrito Federal.

Os pontos abordados por ela dizem respeito às questões de afastamento obrigatório, altura da edificação, ocupação da edificação no lote e à própria taxa de construção. E ela abre uma porta, uma oportunidade de regularização, através de uma compensação urbanística; ou seja, o pagamento de uma pecúnia. Essa é uma lei também muito estudada, porque, de certa forma, abre a possibilidade de extrapolar alguns limites impostos pela lei, mas são situações já consolidadas. E ela tem o limite, hoje, previsto no PDOT. Esse é um instrumento previsto no Estatuto das Cidades, que também já consta do nosso PDOT e que carecia de regulamentação.

O grande desafio dessa compensação urbanística é que ela encontre o valor justo para que não se estimulem novas irregularidades, mas, ao mesmo tempo, dê condições de regularizar situações hoje já consolidadas e que se tornaram impossíveis de serem revertidas. É uma proposta de lei muito importante. Junto com a taxa de permeabilidade – vou reforçar –, ela é muito importante para o desenvolvimento das atividades do setor.

E a nossa missão é tentar sensibilizar os Deputados no sentido de aprová-las o mais breve possível, de preferência ainda neste semestre. Ela vai, com certeza, soltar muito as atividades no nosso setor e muitas pendências serão superadas.

O terceiro ponto seria o Código de Obras e Edificações, que é um dos maiores marcos regulatórios do nosso setor. É importantíssimo para a cidade, é basicamente a regra geral de como se pode construir dentro do Distrito Federal. Esse Código de Obras apresenta um avanço muito grande no que diz respeito à questão da responsabilização dos profissionais envolvidos em todo processo de licenciamento e construção. Ele traz também um avanço muito grande na questão da sustentabilidade, do desenho universal. O setor vem participando ativamente, assim como nos outros projetos, do desenvolvimento; tem tido a oportunidade junto ao Executivo. E, a princípio, nós estamos nos colocando à disposição para iniciar agora os debates, as análises técnicas e as discussões técnicas dentro do Legislativo nesse processo de construção, que para nós é um dos marcos regulatórios mais importantes para o setor.

Por último, a gente vai comentar só rapidamente sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Esse também é um desafio enorme, já vem sendo desenvolvido há algum tempo, pelo menos há seis ou sete anos. Esse mandato do Executivo e do Legislativo está com este desafio de conseguir superar e aprovar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que define a regra de ocupação, os limites de ocupação do solo nas construções, as taxas de ocupação e construção, igualmente muito importantes para o setor e para a cidade. É a regra do jogo, realmente, para as nossas atividades e deve estar chegando muito em breve a esta Câmara. O setor está se colocando à

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

disposição para participar dos debates e discussões na construção desse importante marco regulatório.

Bom, basicamente, é isso. Eu queria, mais uma vez, reforçar e agradecer a presença dos Deputados, a iniciativa da Câmara em Movimento aqui na nossa casa, e pedir que Deus nos ilumine nesse processo da construção desses marcos regulatórios.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, João. Como o João falou, é um processo de construção que busca harmonia. E, nesse momento de crise em que vivemos, nós devemos buscar a conciliação, a reconciliação, o consenso. Então, esta é a lógica desta Casa: a busca do consenso. É nisso que vamos trabalhar e estamos trabalhando, certo?

Podemos passar para o próximo?

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Para a demanda Implantação da Zona Azul – Estacionamentos Rotativos, convidamos o Sr. Presidente da Associação Comercial de Brasília, Cleber Pires. (Palmas.)

SR. CLEBER PIRES – Senhoras e senhores, bom dia! Cumprimento aqui o Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes; nosso anfitrião Luiz Carlos Botelho, em nome de quem eu cumprimento todos os presidentes das entidades aqui presentes.

Senhoras e senhores, eu acho que, como é do conhecimento de todos, o Distrito Federal, hoje, tem aproximadamente 1 milhão e 800 mil carros. E acredito que seja o único estado com mais de 80 a 100 mil habitantes que não tem hoje o estacionamento rotativo. Uma das bandeiras da Associação Comercial é o desenvolvimento econômico, e a mobilidade está totalmente ligada ao desenvolvimento econômico. Em uma pesquisa que fizemos no final de 2015, detectamos que os fatores que causaram o encerramento das atividades de mais de mil estabelecimentos no comércio de rua foram: o fator número um foi a falta de estacionamento público, o fator número dois foi a falta de segurança e o fator número três foi a alta carga tributária.

No dia 27 de janeiro de 2015, nós entregamos ao Governador uma minuta, que eu diria muito bem elaborada, de um projeto de lei que estabelece diversas regras, assinada pela Associação Comercial, pela Federação do Comércio, pelo Sindivarejista, pelo Sindobar e Abrasel. Ou seja, não é uma iniciativa de uma única entidade, e sim daquelas que representam em especial o comércio de rua. E não sabemos o que aconteceu, que, ao longo de dois anos e meio, o governo não avançou praticamente nada. Tivemos quatorze reuniões formais somente depois daquele nosso encontro no Sabin, do grupo Empresários em Ação, e o governo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

publicou o edital de um chamamento para essa implantação. Mas, até o presente momento, nós não sabemos o que está acontecendo.

Eu deixo aqui, em nome da Associação Comercial e das demais entidades, um apelo a esta Casa de Leis para que socorra o comércio de rua. Nós não temos dúvida de que o governo já deixou de arrecadar em torno de 1 bilhão de reais/ano simplesmente com a tarifação do estacionamento rotativo.

Observem os senhores que toda a sociedade ganharia se simplesmente 25% do uso da frota ocupasse a área hoje, haveria um déficit, que viesse a ser cobrado um valor insignificativo, parte desse recurso poderia ser perfeitamente utilizado na própria mobilidade, no próprio subsídio do transporte público.

É um projeto muito bem elaborado e deixaria ali uma alternativa como bolsões de estacionamento no Parque da Cidade, no Estádio Mané Garrincha. Pedimos aqui uma atenção muito especial desta Casa para que, juntamente com o Poder Executivo, pudesse avançar e socorrer o comércio de rua e desenvolver a economia do Distrito Federal.

Então, muito obrigado e um bom dia a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Sr. Cleber Pires.

Sabemos que essa é a sua luta e nós vamos trabalhar nesse processo a partir de hoje.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Para a sexta demanda levantada na oficina preparatória, que trata da captação de recursos através de emendas de Parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da Câmara dos Deputados, para a execução do pacote de obras do Distrito Federal, convidamos o Sr. Vice-Presidente da Asbraco, Ruyter Kepler de Thuin, a fazer uso da palavra. (Pausa.)

SR. RUYTER KEPLER DE THUIN – Bom dia a todos. Antes de começar a minha fala, eu gostaria de cumprimentar a todos aqui presentes, o Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Joe Valle, e a todos os demais aqui presentes.

Como todos sabemos, o Distrito Federal vem passando, ao longo desses últimos anos, por problemas seriíssimos de recursos perdidos por nosso governo, em função da falta de busca de projetos, principalmente junto ao Ministério das Cidades e à Câmara dos Deputados.

Só ao longo desses últimos dois anos, nós perdemos aqui cifras bilionárias, em torno de bilhões de reais de verbas destinadas ao BRT, destinadas ao Metrô e a outras emendas Parlamentares, o que está levando Deputados da bancada federal, nos seus programas políticos, a reivindicarem essas verbas ao Governo do Distrito Federal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

Então, em função disso, nós gostaríamos de saber o que a Câmara Legislativa do Distrito Federal pode fazer para nos auxiliar nesse sentido, para essa intermediação junto à Câmara dos Deputados, à bancada federal e ao Governo do Distrito Federal, a fim de que nós não percamos mais essas emendas e esses recursos que são tão importantes para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Era essa a minha colocação.

E a outra parte o nosso companheiro Gustavo vai falar. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Essa questão das emendas Parlamentares e a todo o processo que acontece, Brasília não tem uma tradição de receber ou recepcionar os recursos do Governo Federal. Se perde muito recurso nessa Esplanada, muitas vezes, não há preparo dentro do governo – temos um ex-Vice-Governador presente, Paulo Octávio, que sabe do que se trata. Quer dizer, há muito recurso, a Esplanada está aqui, há muito recurso que se perde por falta de bons projetos.

Brasília não tem essa tradição, os prefeitos vivem em Brasília buscando recursos, os Deputados Federais também buscam recursos para os seus Estados, mas a gente não tem essa tradição.

Na realidade, nós vamos fazer esse trabalho, vamos seguir todas essas emendas federais, até porque, quando há uma emenda federal ou um convênio, precisa haver uma contrapartida do Estado.

Nós vamos tentar, nesse processo da fiscalização do governo, mapear tudo isso para trazer esses seis meses para vocês.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Sétima demanda: segurança nos postos de gasolina e serviços 24 horas.

Convidamos, pela Fecomércio, o Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Portugal, Dr. Fernando Brites, a fazer uso da palavra. (Palmas.)

SR. FERNANDO BRITES – Bom dia a todos. Parabenizo o Presidente Joe Valle pela iniciativa desta Câmara Legislativa itinerante, principalmente pelo setor produtivo; parabenizo o anfitrião Luiz Carlos Botelho; nosso ex-Vice-Governador Paulo Octávio e Deputados presentes. Bom dia a todos.

Quem deveria estar aqui hoje para dar esse recado é o Antônio Matias, que é dono do Grupo Gasol, que possui mais de cem postos instalados em Brasília. Ele acabou de ligar para mim dizendo que – da sessão preparatória que tivemos aqui –, havia 172 ocorrências policiais de assaltos e roubos durante o período noturno. Ele disse que, de lá para cá, já aconteceram mais seis. Então, de janeiro até agora, ele teve 178 ocorrências policiais, fora aquelas ocorrências de menor valor, que sequer chegam a ser reclamadas em delegacia.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10

Existe aqui no Distrito Federal um trabalho muito grande feito pela Associação Comercial, pela Fecomércio, que tem feito várias demandas nesse sentido. E nós temos um comércio 24 horas que está fechando as portas por falta de segurança. O próprio Antônio Matias fechou 45 postos da rede à noite por falta de segurança. Nós vivemos um momento muito difícil no país, precisamos gerar empregos e imaginem 45 postos fechados à noite, quantos empregos estamos deixando de ter só em postos de gasolina, que dirá nas lojas 24 horas, que não têm o mínimo de segurança necessário para poderem manter as portas abertas!

Era esse o recado, não com a propriedade que o Antônio Matias traria aqui, porque ele hoje está lá em Luziânia com um problema sério também, e o recado certamente dado por ele seria muito melhor do que este que eu estou passando aqui, mas é a angústia do setor produtivo, das lojas 24 horas e dos postos de gasolina.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Fernando.

Podemos passar para a próxima demanda.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Promoção de combate sistemático às atividades de economia informal: feiras de outros Estados, camelôs, *food trucks* e quiosques.

Convidamos o Sr. Presidente do Sindivarejista, Edson de castro, para fazer uso da palavra. (Palmas.)

SR. EDSON DE CASTRO – Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Joe Valle, e cumprimentando o Joe, nosso Presidente, considerem-se todos cumprimentados. Cumprimento o nosso amigo e Presidente do Sinduscon, Luiz Botelho, que ofereceu esta casa.

Temos aqui um grupo de empresários muito grande e estamos até preocupados, porque só vieram dez Deputados. Vamos prestar bem atenção nos dez que vieram, porque se fosse daqui a um ano nós estaríamos com isso aqui cheio de Deputados até em pé, pedindo nossos votos, correndo atrás da gente.

Senhoras e senhores, dentro de um cenário econômico do Distrito Federal com 60 feiras que vêm de fora, não são as feiras que nós temos aqui no Distrito Federal, não. Feira da Lua, Feira do Bebê, feira de tudo que vocês possam pensar. Hoje até feira dentro de *shopping* está acontecendo. Isso está matando os nossos comércios! Eu não sei quem autoriza, mas eu venho, desde a minha posse – o Paulo sabe –, reclamando e falando.

O que aconteceu de 2014 para cá? Foi uma grande quebradeira de lojas. Eu represento trinta mil lojas no Distrito Federal e também cem mil empregados. E nós estamos praticamente tentando manter esses empregos, que é o setor produtivo (...) (falha na gravação) (...) muitos dos senhores estão aqui.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

Essas feiras são um gafanhoto, pessoal. Temos a Feira da Lua, a Feira do Bebê, a Feira de Goiânia. Elas vêm para Brasília, não geram nenhum emprego, levam o nosso dinheiro, tiram nota fiscal de Goiânia, passam cartão de Goiânia, levam o nosso dinheiro, vendem segunda linha nas feiras, e as pessoas não prestam atenção no que está acontecendo com o Distrito Federal.

Encarecidamente, Sr. Presidente, nós estamos muito preocupados, porque, como eu falei, trinta mil lojas, cem mil empregos, numa cidade em que você está vendo a quantidade de lojas que estão fechando a cada dia. O Cleber Pires sempre fala do número de lojas fechadas. Eu gostaria muito que vocês vissem alguma coisa e barrassem isso, porque está sendo uma grande... Não dá para entender por que o GDF não olha isso!

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradecido. Faremos, sim, esse processo. Quem sabe nós podemos criar uma legislação em relação a isso.

Próximo, por favor.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Nona demanda. Fim de obrigatoriedade de recebimento de faturas no BRB. Pagamentos de operações com o BRB com faturas não pagas do GDF.

Convidamos o Sr. Primeiro Vice-Presidente da ASBRACO, Gustavo Fêu.

SR. GUSTAVO FÊU – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Joe Valle. Eu cumprimento a todos aqui.

A entidade vem recebendo diversas solicitações em reuniões relativas ao fato de que o BRB tem dificultado as empresas para a continuação do seu dever. O que acontece é o seguinte: quanto às faturas, hoje, de empresas que trabalham para o GDF, de empresas que prestam serviços para o GDF, existe a obrigatoriedade de essas empresas receberem pelo BRB. Com isso, todos vêm pedindo que o empresário escolha o banco e a conta para receber. Hoje, há obrigatoriedade de qualquer fatura do GDF ser recebida pelo BRB, mesmo aquelas faturas que vêm de recurso de convênio com o governo federal, que vêm pela Caixa Econômica e pelo Banco do Brasil, a obrigatoriedade continua sendo do BRB, e isso trava muitos empresários aqui, em Brasília.

A outra solicitação que os empresários têm feito muito em reunião, na verdade, é sobre o recebimento dessas faturas quanto à trava que o BRB acaba colocando. Muitas vezes, essas faturas, no seu recebimento, já ficam paradas e bloqueadas no próprio BRB por conta de operações bancárias já sendo feitas. E grande parte dessas operações bancárias são feitas por problema de atraso de pagamento do próprio GDF. O próprio GDF atrasa o pagamento – fica dois, três, quatro meses atrasando o pagamento –, e isso leva o empresário a fazer uma operação bancária com o BRB. E com isso, quando sai a fatura, o BRB já fica com a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

fatura inteira. Às vezes, demora até quatro, cinco, seis meses para receber do governo. Na hora em que se vê essa fatura, ela já foi toda comida pelos juros do BRB.

Então, são estas as duas solicitações que os associados têm feito muito nas reuniões. Elas são sobre dois temas do BRB: recebimento e operações bancárias. Se por acaso o governo não tem dinheiro para pagar algumas faturas – às vezes o empresário trabalhou com empenho e, na hora do pagamento, não há dinheiro –, que essas faturas possam ser compensadas no BRB para poder pagar as operações bancárias.

É isso.

Muito obrigado pela presença. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Já estamos tomando providências com relação a todas essas dez prioridades. Agora, nós estamos comunicando para o Plenário quais foram as dez prioridades, mas já começamos a tomar providências em relação a elas. Inclusive, em relação a isso, foram convidadas pessoas do Poder Executivo a participar desta sessão.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Chegamos à nossa décima e última prioridade levantada na oficina preparatória. Além dessa última, temos mais dois inscritos.

A décima demanda trata da exigência da Certidão Negativa de Débitos – CND das empresas, apenas uma vez. Pede-se a não exigência da CND caso haja atraso de pagamentos.

Convidamos o Sr. Vice-Presidente do Sinduscon-DF, João Carlos Pimenta. (Palmas.)

SR. JOÃO CARLOS PIMENTA – Bom dia a todos. É uma honra para o Sinduscon contar, na sua sede, com uma sessão da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a presença dos Deputados Distritais, os quais saúdo na pessoa do Deputado Joe Valle. Saúdo também os dirigentes aqui presentes e os demais colegas.

Este décimo tema elencado na oficina realmente tem perturbado muito as empresas aqui. Eu falo pelo setor da construção, mas imagino que isso se estenda aos demais setores.

Historicamente, é exigido, na ocasião do protocolo de alguma fatura de prestação de serviço, a documentação regular daquele período. Seriam os recolhimentos todos relativos àquela fatura e as certidões normalmente exigidas nos processos licitatórios, que são ali anexadas.

Infelizmente, vem acontecendo, em todo o Brasil, a prática de atraso nos pagamentos, principalmente nas obras – parece que o pessoal escolhe mais as obras para atrasar. Quando o empresário é chamado para receber, anos após a emissão da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

fatura, exige-se dele, com base no Decreto nº 32.598, de 15 de outubro de 2010, que sejam renovadas todas as certidões! Ora, o cara já está ali baleado pelo atraso, já sem condições financeiras de manter a escrituração dele em ordem. Para ele receber um dinheiro que lhe é devido há um tempo, e que é pago sem correção, exigem-se dele todas aquelas certidões! Isso tem dado realmente muito problema. A gente não pode cobrar do funcionário que atende, porque ele está obedecendo à lei – se ele fizer o contrário, o CPF dele vai ser comprometido.

Pedimos à Câmara Legislativa que, de alguma forma, Sr. Presidente... Eu não sei... eu não vou aqui querer – como se diz na minha terra – ensinar o Credo para o senhor vigário. Mas não existe nenhum projeto de lei, nada no sentido de que sejam mitigados os efeitos desse maldito decreto, que realmente tem perturbado as empresas. Aqui a gente pede, então, que isso seja estudado de alguma forma. Nós nos propomos a participar com informações de casos efetivos, reais, para poder realmente debelar esse problema, que tem causado muitas dificuldades e tem levado, infelizmente, ao tipo de obra mais caro que pode existir: a obra paralisada.

Então, a gente pede que seja feito um empenho nesse sentido. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Muito agradecido.

Terminamos a exposição das dez prioridades.

Passo, agora, a palavra aos Deputados.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Sr. Presidente, nós temos três inscritos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Três? Então vamos para os três inscritos.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos o Sr. Vice-Presidente da Fibra, nesta oportunidade representando o Presidente Jamal Bittar, Elson Póvoa. (Palmas.)

SR. ELSON PÓVOA – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar os Deputados aqui da Câmara Legislativa na pessoa do Presidente, Deputado Joe Valle; gostaria de cumprimentar o nosso amigo Presidente do Sinduscon, Luiz Carlos Botelho Ferreira, que há quinze dias...

Faço este registro, Luiz, porque você fez um grande movimento no setor da indústria da construção aqui no Distrito Federal, em que tivemos a oportunidade – viu, Paulo – de conviver com mais dois mil empresários do setor da indústria da construção. (Palmas)

Então, se nós temos aqui no Sinduscon, hoje, a Câmara em Movimento, nós podemos dizer que o Siduscon está se movimentando muito bem, viu, Luiz! Parabéns, em nome de todos os construtores do Distrito Federal.

Eu hoje estou aqui representando o Presidente da Federação das Indústrias, o nosso amigo Jamal Bittar, que não pôde acompanhar esta sessão, porque, às

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

9h30min de hoje, juntamente com o Sebrae, parceria com a Fibra, inaugura a agência de atendimento do Sebrae do nosso Senai Gama.

Eu gostaria de aproveitar e dar uma notícia que eu recebi ontem. Paulo Octávio, você que é um dos maiores contribuintes do sistema, é bom você ouvir esta notícia. A equipe de robótica Legofield da unidade Sesi do Gama ficou em segundo lugar no Aberto Europeu de Robótica *First Lego League FLL*, em Bath, no Reino Unido. Foi um torneio que teve a participação de 93 equipes de vários países do mundo, sendo nove delas do Brasil. Nós tivemos a equipe de São Paulo em primeiro lugar e nós tivemos a equipe de Brasília em segundo lugar! (Palmas.) Isso é muito importante. Muito importante. Nós não tivemos participantes nem de Caicó nem de Piracuruca.

Parabenizo a iniciativa da Câmara Legislativa de realizar o programa Câmara em Movimento, com foco no setor produtivo. Conhecer as demandas e as características das empresas que produzem, geram emprego e renda no Distrito Federal é uma iniciativa importantíssima para a elaboração e o aperfeiçoamento de uma legislação que promova um ambiente de negócios que estimule e atraia investimentos.

O setor industrial faz um trabalho estruturado e permanente de acompanhamento e interação com a Câmara Legislativa, com os senhores Parlamentares analisando os projetos de lei e oferecendo contribuições para o aprimoramento.

A Agenda Legislativa da Indústria, editada anualmente há quinze anos, dá publicidade e transparência a esse trabalho de legítima defesa dos interesses do setor. Registro aqui que, há 15 dias, nós tivemos na Federação das Indústrias a entrega da nossa agenda legislativa. Foi um trabalho feito pelo setor industrial, discutido com todos os setores e entregue, como eu disse, há quinze dias, na nossa Federação das Indústrias, à Câmara Legislativa. Aliás, nós tivemos naquele dia um *quorum* de 24 Deputados, para vocês verem realmente a importância que a Câmara está dando ao nosso trabalho da Federação das Indústrias.

A legislação referente aos assuntos econômicos, políticas tributária e fiscal, relações do trabalho, política urbana e meio ambiente são os macrotemas em que temos direcionado nosso esforço de análise e intervenção. Trabalhamos para aproximar os legisladores do ambiente produtivo, levando informações que possam aperfeiçoar os marcos legais, racionalizar as normas, agilizar os procedimentos e remover obstáculos à competitividade das empresas.

Precisamos alavancar a geração de emprego e renda do Distrito Federal. O setor público não tem mais condições de absorver mão de obra. A indústria tem potencial para criar novos postos de trabalho e é alternativa estratégica para o fortalecimento da economia local.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15

Para isso, é necessário incentivo, segurança jurídica e trabalho conjunto do setor público e privado. E para alcançarmos esses objetivos, são prioridades, neste momento, o estímulo, a inovação em ambiente produtivo e a aprovação dos instrumentos de ordenamento territorial que regulem e legalizem o uso e a ocupação do solo, como as leis de compensação urbanística, de permeabilidade, o Código de Edificações, a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo, e o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico.

Assim reafirmamos a necessidade e a disposição de trabalharmos em conjunto para estimular os investimentos produtivos sustentáveis e o incremento da competitividade das empresas.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado pelas considerações do Presidente da Fibra.

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – Convidamos o Presidente do Sindhobar, Sr. Jael Antônio da Silva.

SR. JAEL ANTÔNIO DA SILVA – Bom dia a todas e a todos. É uma satisfação muito grande estar presente numa plenária tão espetacular quanto esta. Parabenizo o Presidente, Deputado Joe Valle, por conseguir trazer para dentro da nossa entidade Sinduscon este evento que é de suma importância para o setor produtivo. Sentimo-nos bastante privilegiados em poder participar deste momento neste evento.

Parabenizo nosso Presidente Luiz Carlos Botelho também por esta iniciativa e pela defesa exaustiva e empolgante da menor interferência possível do Estado dentro das nossas empresas e deixar o setor produtivo trabalhar livremente.

Gostaria aqui, Srs. Deputados, Deputado Joe Valle, na pessoa de quem cumprimento todos os que fazem parte desta Mesa, de fazer um apelo do nosso setor de hospitalidade, bares e restaurantes de Brasília no sentido de aproveitarmos essa onda e a presença da maioria dos senhores aqui para que aprovemos a Lei nº 455, de 2015, do Deputado Ricardo Valle, conhecida como Lei do Silêncio, hoje transformada num substitutivo, cuja apresentação teve a assinatura de mais de vinte dos senhores na Câmara. É um bom indício de que temos grandes possibilidades de aprová-la, exatamente porque a não aprovação desta lei tem trazido uma série de problemas gravíssimos para o nosso setor, principalmente para a área de restaurantes e bares. Quais sejam essa de estarem sendo frequentemente multados absolutamente sem nenhuma razão mais forte, exceto o que diz a lei, que é a quantidade de decibéis que é obrigado a ser fiscalizada. Temos constatado, com muita frequência, a aplicação de multas, mesmo em locais onde não exista música. Isso é uma coisa inadmissível. Isso prova que a lei precisa ser revista urgentemente, porque não é possível que, numa ocasião de confraternização, de lazer da população de maneira geral, mesmo não tendo música no seu espaço, nem música ambiente

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

nem música ao vivo, esse estabelecimento esteja sendo penalizado. Eu acho isso uma injustiça muito grande, o que mostra que a lei que está em vigor é totalmente inexequível, não só pelo aspecto da medição de decibéis, tanto quanto pelo aspecto do procedimento de fiscalização, o critério de fiscalização que é feito sempre às escondidas. Precisamos mudar essa situação.

Em face desse projeto já ter dois anos, já foi discutido com o governo local; foi discutido com a sociedade, de uma maneira geral; já foi discutido com a comunidade também e foi construído a quatro mãos, eu acho que, da forma como o Substitutivo se encontra, está muito simples de a gente levá-lo a plenário, Deputado Joe Valle, e aprová-lo.

Assim, nós poderemos resgatar a empregabilidade do nosso setor, onde, nos últimos dois anos, como todos vocês sabem, houve uma queda significativa. Nós perdemos mais de 20%, apesar de ser um dos segmentos onde houve menos desemprego aqui em Brasília – que foram os setores da gastronomia e da hospitalidade –, ou perdemos pelo menos 20% dos nossos postos de trabalho.

Tivemos também, nesse período de dois anos, mais de 2 mil empresas fechadas no Distrito Federal, o que trouxe como consequência uma queda de arrecadação bastante significativa para o Governo do Distrito Federal.

Então, precisamos voltar, resgatar tudo isso, de forma que a gente possa trazer desenvolvimento para Brasília.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Jael. Anotamos aqui a demanda.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos o Presidente do Sincofarma, Sr. Francisco Messias Vasconcelos.

SR. FRANCISCO MESSIAS VASCONCELOS – Senhores, bom dia. Na pessoa do Deputado Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu cumprimento todos os demais Deputados.

Senhores, a minha demanda aqui hoje é a seguinte. Há várias leis distritais que regulamentam a questão dos medicamentos vencidos na casa da população e sobre as sobras de medicamentos. Eu quero parabenizar todos os Deputados que se preocuparam em criar leis que preservem o meio ambiente, que é do que mais precisamos hoje, no Brasil, principalmente em Brasília.

Agora, nós temos uma dúvida que está gerando um problema sério entre as farmácias e a vigilância sanitária. Vejam bem, temos uma lei distrital de 2012, do ex-Deputado Gim Argello, que fala que as farmácias devem colocar um recipiente em local visível para que a população deposite ali a sobra de medicamento e medicamento vencido. O distribuidor vem recolher e mandar ao destino final, que são os devidos laboratórios e indústrias. Temos outra lei, da Deputada Luzia de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

Paula, a Lei nº 5.591, que diz que a farmácia tem que dar o destino final a esses medicamentos. Temos várias leis. Temos mais uma lei, recente, de 2013, do Presidente da Casa, Deputado Joe Valle, que fala que a farmácia tem que dar destino final a esses produtos.

Nós estamos numa situação meio complicada para cumprir essas leis. A vigilância sanitária resolveu aplicar a última, de 2013, do Deputado Presidente.

Vejam só, o custo hoje para uma drogaria mandar ao destino final esse produto é altíssimo. Primeiro, fazer a seleção dos produtos, embalar, mandar para os seus devidos fabricantes requer um farmacêutico exclusivamente para isso, porque os farmacêuticos que existem na drogaria hoje não dão conta de fazer essa demanda. Então, teríamos que contratar mais um. O piso salarial é de R\$5.490,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa reais).

O custo de transporte, embalagem, essa coisa toda é altíssimo. Isso eleva o custo para uma microempresa, para uma pequena empresa, no mínimo, em 12 mil reais/mês.

Eu vejo, dentro do cenário econômico, dentro do sistema, diante do que as drogarias estão passando hoje, a crise por que nós passamos, que é inviável, Deputado, cumprir essa lei da forma que está.

A lei do ex-Deputado Gim Argello diz que o recipiente deve ser colocado pela farmácia em local visível; o distribuidor faz o recolhimento, faz a seleção dos produtos, e os envia para o seu destino final, que é a indústria que ali lhe foi destinado o lote de fabricação.

Assim poderíamos cumprir, porque a farmácia iria ceder o espaço, ceder o recipiente, e o distribuidor iria recolher e levar ao destino final, para a indústria. Em parceria com distribuidor e indústria, a farmácia tem condições, sim, de cumprir e de fazer o trabalho todo, inclusive fazer uma propaganda local na sua região, para que a população tenha a cultura de vir trazer o medicamento vencido ou sobra, para que seja destinado à incineração. Mas do jeito que está a lei do senhor, Presidente, é impossível cumprirmos, porque o custo é muito alto para nós.

Eu gostaria que os Srs. Deputados, já que há várias leis – inclusive tem mais um PL do Deputado Cláudio Abrantes, que está tramitando, que também fala que o distribuidor vai recolher e levar ao destino final, para a indústria –, que os senhores analisassem essa situação. A Vigilância Sanitária já está atuando as drogarias que não estão cumprindo a lei, e isso está trazendo transtorno para todos nós.

Muito obrigado aos senhores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Veja bem a importância de termos esse acompanhamento. Por isso, as associações, os sindicatos, as federações precisam estar atentos, porque na democracia representativa as coisas funcionam nesse formato.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

Só quero dar esse exemplo, já que fui citado pessoalmente. Essa lei ficou oito meses em discussão na Câmara. Oito meses. Só depois de aprovada, na hora de sancionar, o sindicato nos procurou no gabinete – depois de aprovada na Câmara; na hora de sancionar. A lei não prevê multa, é uma lei educativa.

Estamos tendo problemas de superbactérias em função... e aí foi feita toda uma pesquisa para lastrear isso. No Lixão, por exemplo, quando se coloca o medicamento vencido lá, a embalagem entra em degradação; a partir das subdosagens de antibióticos, criam-se as bactérias resistentes, que contaminam os catadores, os quais vão para os hospitais e as disseminam. Então, esse é um processo.

O segundo processo é o de dispensar medicamento no vaso sanitário. Temos as nossas águas – especialmente agora, que nós vamos beber água do Lago Paranoá – com resíduos de medicamentos que são dispensados no vaso sanitário.

Então, foi uma lei educativa. Mesmo assim, o sindicato me procurou, junto com todas as farmácias, e eu mostrei claramente uma coisa interessante. Eu falei: olha, o cidadão hoje compra por impulso. Isso está claro! Os balcões das farmácias são sempre no fundo da farmácia. Essa lei ainda faz com que o seu cliente não vá só uma vez à farmácia comprar o medicamento, mas vá duas. Então, você tem duas oportunidades para que haja o consumo.

É uma lógica importante termos essa discussão, termos esse contato. A Câmara legisla, representa e fiscaliza. Especialmente neste caso, porque foi muito discutida essa lei, eu conversei muitas vezes – muitas vezes – com os farmacêuticos, com as redes de farmácia etc. Depois de ter acontecido... Porque a prática do processo é termos os nossos representantes e discutirmos republicaneamente com eles. Esse é o processo. Por isso estamos aqui, não é? Logicamente que a discussão é totalmente aberta. Vamos reunir todas as pessoas com todos os Deputados que estão fazendo as leis e vamos trabalhar isso para aprimorarmos, no sentido de criarmos um mundo colaborativo, criar um processo colaborativo, que é do que precisamos.

Não temos recursos para fazermos esse processo competitivo que a gente está fazendo hoje. Nós temos que virar essa página e irmos para um processo colaborativo, que é o que estamos tentando e propondo.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Como último inscrito, convidamos o Presidente do Conselho Consultivo da Ademi, Sr. Paulo Octávio.

SR. PAULO OTÁCVIO – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Deputado Joe Valle, senhores e senhoras Deputados, senhores líderes empresariais, senhores empresários aqui presentes.

Eu entendo que, no momento de demonização da política brasileira e, principalmente, do Legislativo, é muito salutar estarmos aqui, no setor produtivo do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

Distrito Federal, capitaneado pelo Sr. Luiz Carlos Botelho, nosso Presidente do Sindicato da Construção Civil, que é o sindicato mais tradicional da cidade, mais forte e que mais gera empregos na indústria. Estarmos todos aqui, juntos, debatendo questões de quem quer produzir, de quem quer trabalhar, de quem quer gerar empregos, de quem quer pagar impostos.

Infelizmente o nosso Presidente Paulo Muniz acaba de me mandar uma mensagem. Ele está em Cuba e não conseguiu chegar a tempo de estar aqui hoje representando a Ademi. Manda um abraço a todos os presidentes de entidades.

Estão aqui conosco dois vice-Presidentes, Sr. Eduardo Villela e Sr. Pedro Ávila, e cabe a mim, Sr. Presidente, só demonstrar a instabilidade jurídica que vive o setor da construção civil hoje em Brasília. As dificuldades são muitas.

Está aqui presente o Dr. Luiz Otávio, que é Secretário da Segeth, representando logicamente uma área importante do governo, muito vital para o setor da construção civil aqui presente.

E o que acontece hoje, Deputado Joe Valle, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputada Sandra Faraj, é que doze empresas importantes da construção civil deixaram Brasília.

Conversamos com os presidentes dessas doze empresas. Vou citar os nomes: João Fortes, Tecnisa, Odebrecht, Rossi, Brookfield... Essas empresas estão deixando Brasília porque não suportam mais o fato de adquirirem um terreno do governo, da Terracap, nas condições estabelecidas em licitação pública, demorem dois anos ou três anos para se aprovar um projeto e muitas vezes um ano ou dois anos para se conseguir o habite-se. Nenhuma empresa incorporadora consegue aguentar o tempo dos juros do financiamento, dos encargos todos que advêm dessa demorada. Em nenhuma cidade do Brasil demora tanto tempo para se aprovar um projeto como estamos vivendo em Brasília.

Essa insegurança jurídica só está trazendo desemprego, desmotivação, e hoje, se formos ver a nossa cidade, existem pouquíssimas construções em andamento. O empresariado e os construtores aqui presentes estão desmotivados, Presidente. Desmotivados! (Palmas.)

A Deputada Telma Rufino conhece muito bem o setor. Ela, que é a Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, sabe das dificuldades do setor. O Deputado Agaciel Maia convive com o setor também. O Deputado Rafael Prudente...

Insegurança jurídica é justamente o que não pode continuar existindo em nossa cidade, uma cidade diferente, porque em nenhuma cidade do Brasil o governo é dono de tudo. Em Brasília o governo é dono de todos os terrenos da cidade.

Aí eu quero lembrar JK, a inteligência do Presidente Juscelino Kubitschek. Ele criou Brasília e desapropriou as áreas. Infelizmente nem todas foram desapropriadas. Mas, se o Rio de Janeiro tem Petrobras, Brasília tem Terracap. A Terracap tem o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20

poder infinito de arrecadar recursos para o governo. Ela tem que ser bem administrada e tem que ter uma parceria muito forte com o setor produtivo. Não adianta a Terracap continuar a querer vender terrenos que ninguém está comprando mais, porque o setor está parado. Faltam recursos, faltam vendas, faltam financiamentos, mas, principalmente... E aí cabe à Câmara Legislativa atuar fortemente nessa questão que vivemos.

E aqui, hoje, felizmente, a gente está tentando aprovar três projetos muito importantes para setor.

Quero parabenizar o governo por ter mandado esses projetos. É importante que sejam aprovados com a velocidade que merecem ser aprovados. (Palmas.)

No mais, eu só queria fazer uma observação, que é motivação da Ademi e do Sindicato da Construção Civil em cartas encaminhadas aos Parlamentares. Dentro do projeto da compensação urbanística existe um tópico de pagamento de áreas excedentes ou divergentes na aprovação. Eu entendo que é muito justo e é muito importante para o futuro, que nenhum empresário aqui quer construir a mais do que o aprovado. A seriedade dos construtores aqui nós atestamos, como Sindicato da Construção Civil, como Ademi, como Asbraco. É atestada. Ninguém quer fazer nada errado. É boa essa lei porque no futuro, se houver algum problema, logicamente, a lei estará aí para resolver a questão.

Mas é importante, Presidente, Deputado Joe Valle, diferenciar aquele que construiu com o projeto aprovado, que tem a licença e o alvará de construção, tem as plantas aprovadas, foi fiscalizado pela Agefis durante dois, três anos, e no final tem dúvida porque mudou o Código de Obras ou mudou a interpretação da secretaria. São coisas diferentes. Por isso que faço um apelo para que nessa posição se diferencie bastante aqueles construtores que fizeram legalmente, que compraram terrenos da Terracap, que pagaram ao governo, daqueles que simplesmente construíram em áreas impróprias. Eu acho que esse diferencial tem que ser contemplado pelos senhores ilustres Parlamentares de Brasília.

No mais, Sr. Presidente, o meu abraço a vocês todos, Deputados. Parabéns por estarem aqui. É a primeira vez que vejo uma sessão como esta, junto ao setor produtivo. É muito salutar, muito salutar mesmo!

Deputado Wasny de Roure, que é meu colega como Deputado Federal de muito tempo, eu acho que é o decano dos Deputados em Brasília, meu abraço a você e a todos os Deputados.

E muito obrigado. Analisem, por favor, essa questão com a agilidade que ela merece, porque o setor tem que produzir, tem que gerar empregos. Nós temos que ser mais ágeis, não vale mais a pena essa morosidade. A morosidade destrói a economia. E destrói principalmente quem acredita, quem compra terrenos do próprio governo e não consegue construir.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, ex-Vice-Governador Paulo Octávio. Certamente, esses projetos merecem agilidade, mas também merecem o cuidado para que possamos ter condição de fazer o que for mais justo possível para o setor produtivo e para todo cidadão.

Encerrada a participação das pessoas que queriam falar, eu declaro reaberta a sessão extraordinária.

Passo, então, às falas dos Deputados para posterior votação.

Fiz certa ordem aqui. Vou começar pela fala da Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após a fala dos Deputados, como estamos em uma sessão extraordinária e nós estamos protocolando um projeto de decreto legislativo e um projeto de lei, eu gostaria que V.Exa. pudesse fazer a leitura desses dois projetos nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente. Acato a solicitação do Deputado Delmasso.

Neste momento, concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos. (Pausa.)

Eu quero, na pessoa do Luiz Botelho, Presidente do Sinduscon, cumprimentar todos os presentes. Cadê o nosso ex-Vice-Governador Paulo Octávio?

Eu prestei atenção a todas as falas aqui e queria dizer a todos da construção civil, que eu conheço muito bem – isso começou oriundo do setor de Águas Claras –, que realmente eu concordo com vocês. Sou base do governo e não tenho nenhum problema em dizer isso, há muitas coisas que têm que mudar mesmo para a construção civil andar, porque quantos desempregos aconteceram! Eu fico muito triste de essas empresas saírem de Brasília, porque, além de gerarem um capital, ainda geram empregos também.

Eu quero dizer a todos vocês da construção civil que, como Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, falo em nome do grupo que faz parte desta Comissão, vamos fazer de tudo para acelerar esse processo. A culpa não foi nossa, da Câmara Legislativa, porque tudo quanto há se joga a culpa na Câmara Legislativa. Eu vou falar para vocês o que nenhum parlamentar da Mesa vai falar, mas eu estou falando: tudo quanto há, a culpa é da Câmara Legislativa. Não é não.

Esse projeto – o Subsecretário Luiz Otávio está aqui, nós trabalhamos em parceria – ficou 2 anos e 6 meses no Executivo. Então, acho que ele não pode

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

chegar à Câmara e, do dia para noite, agora, ser votado. Acho que temos que estudá-lo. Está havendo um debate. O Presidente do Sinduscon está direto lá, com a equipe da Comissão de Assuntos Fundiários. Eu estou falando da minha Comissão. Nós vamos ter o maior cuidado em ajudar vocês mesmo.

Eu andei muito pelos canteiros de obras e sei como funcionam. O que pudermos fazer para ajudar vocês, estou falando pela minha Comissão, nós vamos fazer sim. Está bem?

O Código de Obras não vai vir agora, porque ele tem 190 itens, diferente do outro. Então, temos que estudar e rever bem isso aí. Mas, no início de agosto, o Código de Obras, com certeza, a Comissão de Assuntos Fundiários já irá revê-lo.

Era isso o que eu queria dizer a vocês.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Assumo a Presidência a pedido do Deputado Joe Valle.

Dando encaminhamento às falas, passo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Robério Negreiros, e nobres Deputados. Quero agradecer ao meu amigo Luiz Carlos Botelho, por nos receber em sua casa, ao João e a todos os amigos que aqui se encontram.

Nós, em 2015, criamos a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Produtivo e tivemos várias reuniões. Os três principais itens de pauta, inclusive numa reunião em que fomos ao Governador Rodrigo Rollemberg...

Eu entendo a importância e a urgência dos pleitos dos senhores. Infelizmente, demorou muito tempo, por parte do Executivo, para trazer isso para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. O grande problema é que o próprio governo exauriu todas as nossas forças na aprovação do Instituto do Hospital de Base, o que criou uma polêmica durante vários dias. Sequer deu tempo para que nós pudessemos analisar detidamente esses projetos que acho de muita importância. À medida que vamos conversando, vemos que não houve perfeição ainda, nem vai haver. Mas, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, eu quero analisar e estudar bem cada projeto.

Entendo, volto a insistir, a urgência que o caso requer, mas a urgência também é a responsabilidade. Eu não vou, pelo menos da minha parte, fazer da urgência uma irresponsabilidade como Presidente e chegar aqui, simplesmente, e agradá-los. Eu prefiro, a princípio, agradar a minha consciência daquilo que tenho de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23

fazer, dentro do meu dever, como o presidente de uma comissão importante da Casa.

Como já foi dito pela Deputada Telma Rufino, quanto ao Código de Obras, já chegamos ao consenso que não há menor probabilidade. Quanto à compensação urbanística, há alguns pontos que, conversando com um e com outro, precisam ser ajustados. Quanto à questão da permeabilidade, eu acho que não há problema nenhum, pode ser avançada.

Estou sempre aberto ao diálogo e quem é do setor produtivo sabe disso. Comigo não precisa marcar audiência. Ligou, quer falar, vamos e falamos, resolvemos os problemas. Este diálogo transparente eu quero ter com vocês. Não adianta eu fazer uma fala que agrada a vocês e que eu não vou cumprir. Então, aquilo que eu falar eu vou cumprir.

Hoje, eu não tenho condições de apresentar e de relatar, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nenhum desses projetos. Agora, se houver, para que possamos chegar a algum entendimento na Lei da Permeabilidade, eu ainda posso avançar; fora da Lei de Permeabilidade, da minha parte, não tem acordo. Eu quero deixar isso bem claro. Eu prefiro desagradá-los agora e falar a verdade do que falar que vou fazer uma coisa que eu não vou fazer. Quero deixar isso bem claro, mas estou à inteira disposição, pronto para avançar naquilo que a gente deve avançar e dentro do que eu faça com a consciência tranquila.

O Jael falou da Lei do Meio Ambiente. Estamos prontos para votá-la, já estou preparado e vou dar o meu voto que já adiantei para o Jael. Está pronto e acho que não há mais por que postergar essa questão da Lei do Meio Ambiente, tem que votar e votar logo. A depender de mim, não tenho dificuldade nenhuma de votá-la hoje, Jael, porque eu estou preparado, conheço a lei e sei que estamos preparados para votar a Lei do Silêncio, de autoria do Deputado Ricardo Vale. Estou à inteira disposição, o Luiz Carlos sabe disto: sempre teve o meu apoio e vai continuar tendo o meu apoio, mas com a transparência desse mineiro do interior de Minas Gerais. Eu prefiro falar uma palavra que vou cumprir do que falar uma palavra que não vou cumprir.

Muito obrigado e agradeço por estarmos aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Dando continuidade às falas, concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente, Deputado Robério Negreiros, a quem cumprimento. Cumprimento também todos os Deputados e Deputadas queridas, Deputada Sandra Faraj,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

Deputada Telma Rufino. Saúdo e agradeço a todos os empresários e presidente de sindicato.

Para nós é uma satisfação muito grande quando, nas falas, se dirigiam à Câmara agradecendo por esse novo momento. Eu quero dizer aos senhores e às senhoras que quem tem que agradecer é a Câmara pela oportunidade que ela realmente está tendo de exercer o seu verdadeiro papel.

Nós sabemos, nessa conjuntura e já há algum tempo, que o setor produtivo é quem tem dado realmente sustentação a um país que vem sofrendo com várias crises: uma crise severa que é a crise política, uma crise severa que é a crise econômica, mas a pior crise que nós temos vivido é a da ética e da moral, que tem feito com que... Algo muito bem colocado pelo nosso ex-governador, ex-vice-governador, ex-parlamentar Paulo Octávio, foi quando falou de um monstro que causa transtornos àqueles que querem trabalhar, que é a burocracia.

Nós precisamos trabalhar muito para que possamos vencer esse monstro e fazer com que os senhores e as senhoras possam trabalhar e prestar ao povo deste País aquilo que vocês têm se proposto a prestar: a oportunidade de ter dignidade, a oportunidade de, com o suor do próprio rosto, poder sobreviver, mas, infelizmente, devido à burocracia... e aí na sua fala, Presidente Messias, você colocou muito bem – eu o conheço há muitos anos –, quando falou do sofrimento que as leis criaram, porque criaram burocracias e situações que impedem um trabalho diferenciado.

Tanto o nosso Presidente, com toda a sua experiência, quanto a nossa lei, quando nós fazemos a proposta e a encaminhamos, é pensando no melhor, mas nada é acabado, nada é terminal, só a vida. Tudo pode ser melhorado.

Nesta oportunidade, no decorrer das falas, percebemos que o setor produtivo, que o Sinduscom, juntamente com todos os outros sindicatos, está aqui prestando uma assessoria de imensa qualidade à Câmara Legislativa.

Quero agradecer ao Presidente Joe Valle, que proporcionou esta oportunidade de ampliar, mas mais agradecimentos temos que fazer a vocês que abrem as portas para nos receber e nos ajudar a quebrar algumas algemas que estão nos braços do desenvolvimento.

Quero aqui, mais uma vez, fazer o meu agradecimento e me colocar à disposição, como sempre estive, para estar ao lado daqueles que vêm prestando à Nação uma condição de mudança, de melhorias. Sem trabalho, dificilmente vamos ter condição de dizer que realmente o desenvolvimento dos estados e, principalmente, do Distrito Federal será alcançado.

Meus agradecimentos, mais uma vez, e muito obrigada! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Agradeço a fala.

Eu gostaria de informar aos nobres Parlamentares – há Deputados arguindo a inscrição como Líder – que, em sessão extraordinária, conforme o Regimento, não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

há previsibilidade nesse sentido. Então, quem quiser se inscrever para falar, peça ao Marcelo, assessor de plenário, para que faça a inscrição. Já há doze inscritos.

Passo a fala ao nobre decano da Câmara, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, lideranças do setor produtivo aqui, quero cumprimentar cada um na pessoa do Luiz, Presidente do Sinduscom, e quero cumprimentar o nosso Presidente pela iniciativa de trazer a Câmara aqui. Só espero, Luiz, que a gente faça isso também lá no Lixão, onde há um processo de transição da maior importância; na Expansão de Samambaia, onde há agudos processos de ocupação desenfreados, sem nenhum acompanhamento por parte do Poder Executivo, e que visitei com o pessoal da Codhab na última sexta-feira. Quero até saber se é possível apresentar requerimentos para esse tipo de audiência. Mas quero cumprimentar pela importância desse setor na geração de empregos.

Eu queria cumprimentar aqui as diferentes falas no microfone. Permita-me destacar a fala do ex-Senador, ex-Vice-Governador e ex-Governador Paulo Octávio, quando aponta que não começou neste governo, diga-se de passagem, que já vinha do governo anterior a paralisia no setor produtivo. Parece que foi acentuada a demora nas concessões de alvará de construção. Nós, com este debate, tanto do PPCUB, quanto da LUOS, em curso... O governo optou por três matérias que têm a ver com o setor produtivo. Os Líderes estão apreciando. Esta é a última semana.

Agora, foi importante a fala do Renato, Deputado Agaciel, quando ele disse que o governo usou aproximadamente dois anos e meio para desenvolver a propositura. É importante destacar que, por mais que o governo elabore, a responsabilidade será da Câmara. Portanto, a Câmara não deve simplesmente votar por votar, porque quem vai anuir o texto é a própria Câmara, exatamente não tendo acompanhado e não sabendo absolutamente qual foi o resultado das oitivas que ocorreram, o que foi acolhido e o que não foi acolhido, e aí sim deliberar, para que a gente possa ter um texto bastante assentado, bastante convalidado na sociedade civil organizada. Eu defendo, assim como o governo achou muito importante apresentar um texto mais estudado possível, que isso não signifique dialogado, porque, em última instância, só será lei depois que a Câmara votar. Então, a responsabilidade final é do Poder Legislativo, e existe essa mania de o projeto chegar à Câmara e ir para votação. Isso é um senso de irresponsabilidade.

Eu cumprimento a Deputada Telma Rufino, que é da comissão de mérito da matéria. Vamos votar com a tranquilidade que a matéria exige porque são três proposições da maior importância para a cidade. Então, vamos ter bom senso. Eu prefiro até suspender o recesso, se for essa a urgência, e continuar estudando a matéria para votá-la no mês de julho a encerrar e a gente ter que votá-la açodadamente. E olha que eu tenho três assessores que estão trabalhando em tempo integral. Nós votamos, na semana passada, um projeto extremamente polêmico, que foi bastante trabalhoso, e nesta semana temos a LDO. Eu, pelo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

menos, tenho umas quarenta emendas na LDO. Então, estou acompanhando *pari passu* essas matérias. Mas, com certeza, nós vamos agir com muita responsabilidade. Quem nos conhece sabe disso.

Presidente Joe Valle, eu quero cumprimentar, porque é um momento de nós adentrarmos a uma pauta específica. Estou vendo que nessa relação das dez proposições não está essa questão da morosidade nas concessões de alvará. Eu creio que esse seja o ponto nevrálgico do setor. Os demais virão, são relevantes, têm um papel gigantesco, mas a Câmara tem que formar uma equipe de técnicos, seja da Casa, seja de gabinetes ou da própria Mesa Diretora, para poder acompanhar e ver em que estágio está, porque, de sua consciência – e eu sou muito honesto aqui –, eu não sei exatamente quais são os pontos de estrangulamento que levam o Distrito Federal a ter um tratamento tão diferenciado em relação a outras unidades da Federação nas concessões de alvará. O que foi dito sobre a saída de empresas – e a gente, por alto, também tem essa informação, não com a profundidade de quem vive o setor – é que deve nos angustiar, porque é perda de posto de emprego e queda na renda da cidade, e a gente não pode permitir. Há de se levar em conta que nós estamos vivendo um quadro econômico geral extremamente desfavorável, mas também não podemos pensar só nas dificuldades. Temos que ver o horizonte e avançar.

Portanto, Sr. Presidente, acho essa oportunidade muito positiva. Parabéns aqui tanto a direção do setor produtivo, particularmente do Sinduscon, e a Mesa Diretora da nossa Casa por estarmos aqui juntos, fazendo uma leitura do momento e das dificuldades que vivemos.

Parabéns e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Em função de uma citação feita, passo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, bom dia a todos. Eu gostaria de fazer um registro especial: quanto à citação do Deputado Wasny de Roure, da crítica na demora do governo, eu tenho de ressaltar que, se este governo demorou um pouco, os outros sequer tiveram a iniciativa de mandar. Então, que seja dado o mérito pelo menos de encaminhá-lo.

No que diz respeito ao projeto de compensação urbanística – o Deputado Paulo Octávio está aqui e é testemunha –, houve toda uma construção, uma discussão a respeito desse projeto com dados e informações. Em seguida, nós encaminhamos esse projeto ao governo, que, depois de ouvir a Procuradoria-Geral e todos os órgãos técnicos do governo, com as precauções necessárias, encaminhou o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

projeto... Existe esse projeto da impermeabilização que, conforme o Deputado Bispo Renato Andrade disse da necessidade, não há nenhum questionamento a ser feito.

O projeto do código de obras também é um projeto importante, se formos prolongar a discussão, os debates, sempre vai haver um viés de dizer que pode ser melhor; uns achando que pode mudar aqui, outros acham que podem botar uma vírgula ali. Eu acho que o mais importante, até mesmo dentro dessa tese de que tudo isso demorou muito, demorou, mas chegou, é que a gente possa votar essa matéria o mais rápido possível. Pequenas correções poderão ser feitas, emendas poderão ser feitas. Demorar mais seria ruim, nós vamos entrar de recesso, agora, nesta semana, e prolongar isso para o segundo semestre... nós já estamos nos aproximando de um processo eleitoral. Há um esvaziamento natural, porque os Parlamentares tendem muito a trabalhar nas cidades, ficam mais focados no processo eleitoral do que não própria atividade legislativa. Isso não é informação, isso é histórico. Todos nós sabemos disso.

Então, pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, estamos preparados para relatar as três matérias, mesmo porque eu tenho participado, pode ter sido um equívoco, o governo pode corrigir isso. Na discussão ou na lapidação desses projetos de leis, há uma participação mais efetiva dos presidentes das comissões e dos relatores da matéria. De maneira que as sugestões e os estudos que poderiam ser feitos dentro da Câmara Legislativa já viessem feitos pelo próprio Executivo, porque nós ainda corremos o risco, pois as emendas que forem feitas a esses projetos, dentro do processo legislativo, ou seja, dentro das comissões da Câmara Legislativa, dependendo da complexidade, elas podem ser caracterizadas como vício de origem.

Portanto, foi feito todo um esforço para que três leis importantes para o setor produtivo surtam eficácia, e a gente pode correr o risco de nadar e de morrer na praia.

Eu quero fazer esse registro, primeiro, ressaltando que – se o governo demorou a mandar, mas mandou – o governo, pela primeira vez, mandou! Mérito tem de ser dado. Segundo, se nós temos a oportunidade de fazer essa discussão hoje, e de fazermos uma aprovação pelo menos em primeiro turno, aí eu só respondo pela minha comissão, que é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, eu, como Relator dos três projetos, estou pronto para relatar todos os três hoje, nesta sessão.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos os Deputados, a todos os presentes. Primeiro, quero falar da nossa satisfação de estar aqui no Sinduscon. Tive a oportunidade de, há uns

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

vinte dias, estar com o Luiz Carlos, muito preocupado de que forma ia organizar esse evento. Ficamos muito felizes de poder estar aqui junto com vocês para discutir esse problema que vem, praticamente, matando esta cidade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de falar sobre aquilo que o nosso ex-Vice-Governador Paulo Octávio colocou, que é a questão da instabilidade jurídica, que permeia as relações atuais da nossa sociedade. Realmente, com uma instabilidade como essa, você não consegue avançar em nenhum dos setores, não consegue promover nenhuma medida séria que possa se manter com esta instabilidade que nós temos. E nós temos esta instabilidade e aí é forçoso reconhecer que nós temos um tripé...

Pessoal, eu tenho que interromper a minha fala para dar um beijo na Deputada Celina Leão. Eu acho que todos me dão razão, não é? Nós temos de um lado a classe trabalhadora, nós temos no outro giro o setor produtivo e nós temos, no meio disso, um negócio chamado governo para poder facilitar, lubrificar as relações. Isso aí não é um modelo que eu invento, é um modelo reconhecido mundialmente. Lamentavelmente, nós temos hoje esse modelo feito para não dar certo. Infelizmente, e eu digo já há bastante tempo – o Paulo era nosso Vice-Governador e eu estava na época como Secretário de Justiça – o seguinte: o governo que só serve para atrapalhar não serve para nada. E nós temos que entender que alguns governos são menos ruins, outros são melhores, outros são incorrigíveis, como é o caso presente.

Nós temos um governo incorrigível, um governo que, depois de dois anos e meio, manda-nos um projeto – a ideia pode ser boa, mas, evidentemente, o projeto precisa de uma análise acurada. Eu entendo até a ansiedade de todos que querem fazer correr a coisa, eu entendo isso, mas nós não podemos também correr o risco de, em cima dessa ansiedade, aprovar todos os projetos que o governo encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal, correndo um sério risco depois ter que corrigir, ainda mais de um governo que tem maus antecedentes como o presente. Este governo é péssimo, vamos falar a verdade. Este governo não merece a confiança da Câmara Legislativa do Distrito Federal e não merece a da população do Distrito Federal.

Então, nós temos que analisar com muita calma, sim, nós temos que analisar com muita tranquilidade para não permitir que este governo continue trabalhando contra a população do Distrito Federal e contra o setor produtivo, que pode ser o maior parceiro no desenvolvimento do Distrito Federal, na retomada do desenvolvimento, porque hoje nós temos uma situação de paralisação.

Paulo, é incompreensível que você leve quatro, cinco anos para conseguir um habite-se; é incompreensível que a obra seja concluída antes da providência burocrática de se conceder um alvará, isso ou aquilo. Você é testemunha de que logo no início do governo eu estive com vários empresários no Palácio do Buriti, para

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

levar propostas a fim de destravar e talvez tratar desse câncer chamado burocracia no Distrito Federal.

Nós levamos isso em 2015, muitos dos que aqui estão presentes devem se lembrar disso. Nós levamos essa questão ao Governador Rodrigo Rollemberg, entretanto, pela característica própria da lerdeza e da preguiça, nada andou. E aí não dá para a gente ficar aqui jogando para cima da Câmara Legislativa do Distrito Federal o papel de mero chancelador das besteiras produzidas pelo Poder Executivo.

Eu não tenho nenhum problema, Sr. Presidente, me alinho com o Deputado Wasny de Roure, se for necessário, a fim de que trabalhemos no recesso – eu digo a atividade Parlamentar, porque a gente continua trabalhando no mês de julho. Se for necessário, cancele-se o recesso, podemos até colocar uma pauta específica. Agora, vir aqui, fazer graça e dizer: “Olha, nós vamos aprovar tudo a toque de caixa”, com o meu voto não conta. Meu voto será sempre o consciente, o estudado, até porque sempre foi assim. E, recentemente, nós tivemos situações em que você aprova projeto por uma coisa, e o governo, numa relação promíscua com outras instituições, transforma-o em outro!

Então, Sr. Presidente, quero deixar bem tranquilo, bem claro o meu posicionamento. O Cleber Pires colocou a questão do estacionamento. É verdade, nós temos uma frota de um milhão e meio, quase dois milhões de carros no Distrito Federal! Esta cidade não foi feita para isso! Mas será que a solução é apenas a gente onerar mais a população do Distrito Federal cobrando dela o estacionamento? Ou será que não é melhor a gente estudar um pouco mais e determinar que, se tiver que cobrar, que os recursos sejam exclusivos para a melhoria dos estacionamentos?

Então, tudo isso tem que ser visto! E essas coisas não são da noite para o dia! E aqui não venham me dizer que este governo pelo menos teve o mérito de mandar depois de dois anos e meio, porque outros governos tentaram fazer. E eu quero dizer que um governo do qual nós participamos deixou esta cidade com duas mil obras. Então, não é bem assim, do jeito que se está dizendo aqui, que este governo teve o mérito! Não! Ele tem o mérito da lerdeza e da preguiça!

Agora, eu estou disposto, não tenho nenhum problema – não vou viajar mesmo, não tem problema nenhum, Sr. Presidente. Estarei aqui no mês de julho. Se esta Câmara decidir que nós devemos dedicar todo o mês de julho a este estudo, estou pronto. Agora, para aprovar, a toque de caixa, proposta de quem tem péssimos antecedentes não contem com o meu apoio.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Passo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos. Eu gostaria de parabenizar o Presidente, Deputado Joe Valle, pela iniciativa de estarmos aqui juntamente com o Dr. Botelho e o setor produtivo, que provocou este momento de discutirmos as demandas da sociedade – e eu as considero extremamente legítimas, porque não se está falando de um setor privilegiado, um setor empresarial que apenas pensa em si. Ele pensa no desenvolvimento da cidade, pensa na geração de emprego, pensa na geração de recursos tributários. E eu sempre defendi esse setor. Já faz bastante tempo que nós temos atendido, de forma intensa, o setor, porque eu entendo que o desenvolvimento do setor produtivo é o desenvolvimento da nossa cidade, visto que o setor público já está exageradamente inflado, cheio. Eu diria até que ele está sem condições de se movimentar, porque a máquina pública já não suporta mais algumas coisas. E a solução para o desenvolvimento e o crescimento da nossa cidade é o desenvolvimento do setor econômico, do setor produtivo, que sempre teve o nosso apoio, Sr. ex-Vice-Governador Paulo Octávio.

Neste momento, eu quero manifestar a minha solidariedade aos projetos aqui colocados. Como nós temos um rito na Câmara, e algumas comissões – como já foi manifestado por alguns Deputados aqui – não tiveram tempo hábil de estudar os projetos, de colocá-los em análise, de promover todas as emendas que os Deputados entendem que atendem também a outros setores da sociedade, eu também, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle, gostaria de me colocar à disposição para, se for o caso, ficarmos na Casa no recesso. Eu não faço nenhuma objeção de ficarmos no recesso para eliminarmos a pauta de interesse do setor produtivo, e que possamos atender com todo o zelo e a presteza possível.

De qualquer maneira, quero continuar deixando à disposição o nosso trabalho, o nosso gabinete. Atendo sempre com muito carinho, não é, Botelho? Eu gostaria de ter tido um tempo hábil ou então a colaboração... no caso, nem vou dizer que eu entendo a colocação da Deputada Telma Rufino quando diz que nós estamos meio açodados com essa aprovação. Mas estou aqui pela maioria. O que a maioria decidir aqui nós estaremos juntos, continuando a atender, porque, afinal de contas, aqui não temos projeto para beneficiar a ou b, nem governo, nem Câmara Legislativa. Temos projetos aqui para beneficiar a população, o setor e o desenvolvimento. Então, esse foco sempre terá o meu apoio. É isso que eu queria deixar registrado.

Sr. Presidente, estou à disposição para análise, relatoria ou apenas voto relativo a qualquer projeto, seja a hora que for.

Muito obrigada. Deus abençoe a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Sandra Faraj.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Eu sou baixinho e tenho de ficar na posição em que todos possam me ver. Certo?

Sras. e Srs. Deputados, senhores empresários, assessoria aqui presente, antes de ser parlamentar, e também antes de ser assessor na Câmara Legislativa, eu trabalhei na iniciativa privada. Aqui, no SIA, Setor de Indústria, foi algo em torno de 8 anos no ramo de importação e exportação. Trabalhei numa empresa, na divisão de importação de uma multinacional, aqui no SIA. Foi através dessa experiência no ramo privado que, ao chegar a São Sebastião, em meados de 1980 – 1986 –, tive a ideia de criar o polo industrial naquela região. Até então ela era apenas uma agrovila.

Depois que a Câmara Legislativa foi criada, levei essa ideia para os Deputados, e esse projeto ficou tramitando em torno de seis anos na Câmara Legislativa. Depois de muita pressão dos microempresários da região, nós conseguimos convencer os Deputados a votarem o projeto. Mas, no dia da votação, eu fui chamado na sala do cafezinho da Câmara Legislativa pelo então Líder do Governo José Ornellas. Ele me disse que São Sebastião, no caso, uma agrovila, não tinha condições de ter um polo industrial. Eu disse a ele, naquele momento, que tínhamos que pensar no futuro, porque aquela região é uma região próspera, e com certeza iria, sim, ter condições de abrigar o polo industrial. Os Deputados, de alguma forma, recusaram, naquele momento, a aprovação desse projeto, mas nós somos insistentes.

Depois de algum tempo, nós voltamos à Câmara Legislativa com a proposta de pegar esse projeto e levar para todo o Distrito Federal, beneficiando inclusive a placa da Mercedes, no Núcleo Bandeirante, e também outras regiões do Distrito Federal, que também estavam torcendo para terem uma área industrial. E foi nesse momento, negociando com os Parlamentares e com o Líder do Governo José Ornellas, que surgiu a ideia de se criar a ADE – Área de Desenvolvimento Econômico.

A ADE se refere ao espaço físico – a terra, o lote. E o Pró-DF é o programa de incentivo para as empresas que iriam se instalar nessas ADEs. Os Deputados acataram essa ideia, e o projeto foi aprovado na Câmara Legislativa, um projeto que tem beneficiado milhares de empresas no DF e também gerado milhares de empregos para a classe trabalhadora. E muito me orgulho em ser o idealizador de um projeto, até então desconhecido do grande público, que surgiu em São Sebastião com a criação do polo industrial.

E agora, passados todos esses anos, eu percebo que as empresas do DF têm migrado ano após ano para o Entorno porque lá têm os incentivos fiscais que aqui não têm. E desde que assumi como Parlamentar, tenho trabalhado junto aos meus pares e até junto ao governo para fazer alguma coisa no sentido de impedir a evasão dessas empresas para o Entorno e também atrair outras que queiram se instalar no DF. Mas isso só será possível através de incentivo fiscal e de uma política voltada para o setor produtivo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	32

Como bem disseram os meus pares há pouco, o setor público já não suporta mais gerar riqueza aqui no DF. E essa riqueza tem que ser atribuída ao setor produtivo. Então, essa parceria entre o setor produtivo e o governo deve existir. E, a exemplo da criação da ADE do Pró-DF, tenho sugerido para o próprio governo a criação do Distrito Industrial de Brasília às margens da BR-251, sentido Unai. Mas, por que a BR-251? Por três razões. Primeiro, porque é uma BR que dá acesso a outras BRs o que facilita a escoação via terrestre para todo o Brasil.

Segundo, porque nós temos um aeroporto em pleno desenvolvimento naquela região, facilitando a aterrissagem de aeronaves de pequeno e médio porte em São Sebastião, que hoje já tem em torno de 150 hangares, uma pista de 2.500 metros, suficiente para aterrissar uma aeronave de médio porte. Então, isso facilita para que os executivos de outros países e estados que têm empresa em Brasília possam utilizar esse Aeródromo de Botelho, que eu defino que seja estatizado para o bem de toda Brasília e também para poder desafogar o Aeroporto Internacional de Brasília. Há, além do mais, a ferrovia ligando Minas Gerais ao DF, passando também pelas margens da BR-251.

Eu defendo, sim, porque acredito no setor produtivo. Tudo isso por conta da visão de futuro que nós temos porque acreditamos que, como disse o padre visionário Dom Bosco, Brasília seria a terra que iria jorrar leite e mel. É a isso que ele está se referindo: ao desenvolvimento econômico de toda essa região.

As empresas de São Paulo, onde estive há cerca de um mês e pude conversar com alguns diretores, têm interesse em investir em Brasília por conta da localização da Capital em relação a outros estados. São empresas que, para poder fabricar um produto de São Paulo para mandar para o Maranhão, Amazonas ou outra região Norte, torna-se mais caro, enquanto Brasília é um ponto estratégico!

Também defendo que as empresas do DF possam se desenvolver cada vez mais, que elas cresçam, prosperem e que também possam ganhar outras fronteiras além do DF.

Precisamos, sim, sair da crise. O Brasil, nos últimos anos, tem passado por uma crise terrível do ponto de vista econômico, social, moral e político. E a locomotiva que vai impulsionar esse desenvolvimento é justamente o setor produtivo. E cabe a nós, Parlamentares, e também ao governo viabilizar esses meios para que os senhores empresários tenham também condições de prosperar diante do caos.

Senhoras e senhores, essas eram as minhas palavras como um líder comunitário e Deputado Distrital. Tenho orgulho de dizer que moro em São Sebastião, mas sou Deputado de todo o Distrito Federal, inclusive aqui do SIA.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Lira.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	33

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa do nosso Presidente Deputado Joe Valle. Saúdo o Presidente do Sinduscon Luiz Carlos Botelho. Aproveito a oportunidade para parabenizar sua humildade e proficiência, juntamente com todo o seu conselho, defendendo os interesses do setor produtivo. Saúdo o amigo Cleber Pires, da Associação Comercial do Distrito Federal; Edson Castro, Presidente do Sindivarejista, que acompanha sempre a celeuma de falta de segurança jurídica do setor. Saúdo o Vice-Presidente da Fibra, Elson, representando o Presidente Jamal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vim aqui hoje justamente para dar uma resposta e aprovarmos apenas um dos três projetos que foram encaminhados, apenas um tem uma complexidade maior, o Código de Edificação, e que ficaria para uma melhor análise.

Naquele momento, nós nos reunimos, no Colégio de Líderes, por essa demora do Poder Executivo. Não há justificativa para o governo levar dois anos e meio para mandar três importantes projetos na calada da noite. A gente diz isso porque o governo mandou há três semanas.

A Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputada Telma Rufino, me incumbiu de ser o Relator do projeto da permeabilidade. Eu vou falar só sobre esse projeto. Como eu sou Relator do projeto, eu estou preparado para votá-lo. Foi discutida uma emenda do governo. Até acho estranho: demorou esse tempo todo, e o governo ainda tem que fazer uma emenda modificativa. Isso mostra falta de gestão. Essa emenda foi discutida com o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o próprio setor produtivo, o mais importante, a ponta atingida pela lei.

Existem duas emendas: uma do Deputado Julio Cesar e outra do Deputado Delmasso. Elas tratam justamente de se retirar os templos religiosos e as atividades sem fins lucrativos. A do Deputado Julio Cesar é perigosa porque fere de pronto o Princípio da Isonomia. Quando a gente fala em questão territorial, isso é basilar. Às vezes, a gente pode ferir de morte todo o projeto. A outra é do Deputado Delmasso. S.Exa., sempre com proficiência, corpo técnico e experiência como gestor, remete-se a uma lei complementar. Mas de igual modo, por uma via oblíqua, chega ao Princípio da Isonomia.

Eu penso assim. Nós somos brasilienses. Todos aqui que fazem fomento na cidade estão sujeitos a uma lei que está engessada. Se não me engano, na primeira legislatura, esses projetos não vieram em função de pressão não sobre os Parlamentares. A Casa é uma representação de todos os segmentos. Eu também sou católico e me preocupo com as igrejas católicas, mas não posso colocar algo que fira o Princípio da Isonomia. Nós já temos isenções fiscais. Aí, uma igreja não vai ter a permeabilidade, e nós vamos ter a permeabilidade? Então, isso é preocupante!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	34

Eu pediria, no mínimo, que a gente pudesse votar ao menos um projeto. Ao menos um! Se, de três, nós prometemos dois, vamos aprovar pelo menos o da permeabilidade.

E eu digo mais ainda a vocês: se vocês entrarem num entendimento para se aprovar essa emenda, a gente dá como prejudicada a primeira, do Deputado Julio Cesar, e aprova a do Deputado Delmasso, que está mais encorpada. No fim, é trocar alho por bugalho, mas eu aprovo essa emenda. Eu aprovo essa emenda, e o Governador, de uma maneira assertiva, que vete a emenda, se ele não quiser, depois, ter problemas junto ao Ministério Público. Porque a isonomia é muito clara: a igreja não vai ter permeabilidade, e os simples mortais vão ter? A gente tem que ver isso.

Eu também não quero dizer aqui, e entrar em detalhes, sobre a importância dos templos religiosos, sobre as atividades sem fins lucrativos, mas a gente não pode exagerar nesse sentido.

Então, eu quero dizer, já encurtando a minha fala, que eu estou aqui para dar um resultado e uma aprovação. Diferentemente do que o Deputado Agaciel Maia falou, eu vim preparado para votar dois projetos, e estou preparado para votar esses dois projetos. Só que a Casa é uma Casa plural – o Deputado Joe Valle sabe disso –, e a gente vai respeitar o interesse da maioria.

Quanto à atividade produtiva, eu gostaria de chamar não como atividade produtiva. Aqui no Distrito Federal, depois desses dois governos de esquerda, eu acho que virou uma atividade batalhadora, porque você gerar emprego e renda na pindaíba que está o Distrito Federal, a gente perdendo investimento para Minas, Goiás... Antigamente a gente perdia, mas não era da forma como é hoje. Todo mundo que fala que vai empreender aqui em Brasília está saindo daqui. Todo mundo! O setor atacadista já é agonizante faz tempo.

Desde que eu cometi essa loucura de entrar na política, a gente já entende essa questão de insegurança jurídica. O Distrito Federal tem que acabar com isso, com essa questão de serviço público. O serviço público é importante, mas chegou a um limitador que nem o governo está dando conta mais.

Então, Deputado Joe Valle, conduza. Eu tenho orgulho de estar numa Mesa Diretora presidida por V.Exa. De todos os seus atos, V.Exa. me surpreendeu ainda mais com aquela sua palavra que eu tenho usado bastante, que é ressignificar a Câmara. E quando a gente ressignifica a Câmara, o Poder Legislativo, os 24 Deputados estão ressignificados. A gente se preocupa com a imagem da Casa, com os 24 Parlamentares. Defeitos todos nós temos e sempre vamos ter, mas nós precisamos dar uma guinada e achar uma forma de dar uma resposta.

Tivemos um projeto polêmico, mais uma vez. Viemos de doze a doze numa eleição... O que é polêmica daqui para a frente, não é, Deputado Joe Valle? Depois de uma polêmica dessa, isso aí é balela! Treze votos, quatorze, quinze.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	35

Eu creio que todos os Parlamentares estão imbuídos para darmos uma resposta a isso. Eu acho que mais importante do que isso seria a LUOS. Uma cidade que está totalmente sem prumo, em lugar nenhum... Tem gente que só não constrói o quinto andar numa cidade porque tem que ter o elevador, por força de uma lei federal, senão tinha oito, nove, dez andares!

Então, gente, vamos dar uma resposta ao setor produtivo. Eu acho que é uma forma também de a gente chegar a um meio termo: votar, ao menos em primeiro e segundo turnos, a permeabilidade, dando essa resposta ao setor produtivo.

E a gente tem até quinta para construir a votação do outro projeto, que também é importante. Depois a gente faz a devida análise do que é mais complexo e com maior proficiência, que é o Código de Edificação.

Então, eu estou preparado para votar. Espero que essa classe batalhadora volte a ser a classe produtiva, porque hoje você gerar emprego e renda, sem receber do Estado – o que é o pior –, com o Estado demorando quatro, cinco meses para pagar; matando várias empresas... É só andar nas entrequadras. O próprio Cleber Pires já informou quantas empresas foram fechadas. Alguém que abra uma empresa hoje é considerado um doido, um doido varrido!

Portanto, conte comigo, setor produtivo. A gente não está aqui para fazer a política ou a politicagem, a gente está aqui para exercer o nosso papel enquanto Parlamentar. Espero que nós votemos ao menos um projeto ainda hoje. Eu estou preparado para votar dois projetos, que foi o compromisso que eu fiz com o setor produtivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. e Srs. Deputados, assessores, representantes do setor produtivo que não vou citar nominalmente, mas os quais quero saudar na pessoa do nosso Presidente do Sinduscon, Dr. Luiz Carlos, e do ex-Vice-Governador Paulo Octávio, junto a quem eu tive a honra de ser Secretário de Trabalho enquanto ele foi Vice-Governador do Distrito Federal.

Na nossa época, Paulo, nós fizemos o maior programa de qualificação profissional que o Brasil já viu. Nós qualificamos, para quem não sabe, mais de 35 mil pessoas, inclusive parte dessas pessoas que foram qualificadas foram para a indústria da construção civil. Nós fizemos um curso de formação em São Sebastião – não sei se V.Exa. lembra, Governador Paulo Octávio. Todos os trabalhadores que construíram o Jardim Mangueiral foram qualificados pelo programa Tenda do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	36

Trabalhador, em São Sebastião, programa que qualificou essa quantidade enorme de trabalhadores.

Vim hoje aqui falar com vocês – e quero parabenizar o Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Joe Valle, por esta iniciativa de irmos a um dos pontos de representação do setor produtivo, que é o Sinduscon – para mostrar a minha visão. Nós não podemos mais aceitar que a economia da Capital da República continue sendo sustentada somente pelo setor público. Quando o setor público entra numa crise como a que estamos vivendo, todos os setores entram em crise. Nós precisamos, Deputado Joe Valle, Deputada Telma Rufino, mudar a modal econômica desta cidade.

Para que isso aconteça, é necessário que se dê ao setor produtivo o tratamento devido. O setor produtivo não é o patinho feio da sociedade! O setor produtivo não é somente aquele setor que é voraz. Não! É o setor que sustenta toda a sociedade, inclusive o setor público! Se o meu salário é pago em dia, se os salários dos servidores públicos do Distrito Federal são pagos em dia, é por causa dos impostos que são recolhidos pelo setor produtivo aqui do Distrito Federal. (Palmas.)

Agora, nós precisamos, Deputado Joe Valle – V.Exa. que veio do setor produtivo, que é empresário, e que brilhantemente exerce a função de empresário –, dar esse tratamento devido, dar os incentivos necessários, dar a vocação necessária de que Brasília precisa, porque não adianta a Capital da República ficar sendo sustentada pela economia do setor público.

Hoje nós chegamos ao maior índice de desemprego que a Capital da República já viu na sua história! Mais de 350 mil desempregados. E não estou falando que a culpa é do governo, que a culpa é do fulano ou do beltrano. Não! Nós estamos vivendo numa crise, mas é necessário que os gestores públicos deem o incentivo necessário para que o setor produtivo permaneça no Distrito Federal.

É inconcebível que grandes indústrias, que grandes empresas, Thiago – V.Exa. que é Secretário Adjunto de Trabalho –, continuem saindo da Capital da República porque no nosso vizinho há incentivo fiscal, porque no nosso vizinho o entendimento é de que quando se trazem empresas, se traz emprego, e, acima de tudo, gera-se economia para o estado.

Nós temos que mudar essa mentalidade. Brasília não é uma ilha e não é o país das maravilhas. Nós fazemos parte de um todo. Enquanto o Distrito Federal não der o tratamento devido ao setor produtivo, nós vamos continuar vendo empresas saindo, empregos sendo perdidos, e o pior: quem vai dar conta desses mais de 350 ou 400 mil desempregados?

Thiago, Deputado Joe Valle, Deputada Luzia de Paula, todos os dias, quando eu vou às ruas, eu encontro milhares de pessoas, e o principal pedido delas não é somente que se melhore a saúde, que se melhore a segurança, mas elas querem ter dignidade. E dignidade só se dá quando se dá emprego para uma pessoa, para um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	37

pai de família que precisa trabalhar. Só que, para você dar emprego, não adianta você fazer uma política de empregabilidade sem pensar nos empresários, sem pensar naquele que gera renda, sem pensar no empreendedor, que é aquele, como o Deputado Robério Negreiros disse, que é quase – vamos dizer assim – um milagreiro por abrir uma empresa no Distrito Federal.

Por isso, eu acredito que, a todo projeto que sirva para, não falo beneficiar, porque, quando se fala a palavra beneficiar, existe aí um tom negativo do benefício, mas que sirva para incentivar o setor produtivo do Distrito Federal, eu estou favorável. Estou do lado dele, não por causa somente dos empresários, mas porque tenho certeza de que os empresários de Brasília têm compromisso com o povo desta cidade.

Quando se abre uma empresa aqui, quando se mantém uma empresa aqui, gera-se emprego é aqui, não em outro estado. Nós precisamos, sim, Deputado Joe Valle, ter esse bairrismo e defender a Capital da República e os incentivos que são necessários para que possamos incentivar e dar o tratamento necessário ao setor produtivo.

Contem comigo! Estou ao lado daqueles que querem ajudar Brasília a sair da crise. Para mim o setor produtivo não é só parceiro, mas ele é um dos principais motores para que Brasília saia da crise e possa dar o exemplo para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Convido a fazer uso da palavra o Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador) – Primeiro, bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os Deputados aqui, na figura do nosso Presidente, Deputado Joe Valle; todos aqui presentes, na figura do Presidente Luiz Carlos, que está nos recepcionando aqui, hoje.

Sr. Presidente, alguns pronunciamentos colocaram posições, mas acho que, por onde a Câmara passa, em especial, aqui, nesta manhã de hoje, nós temos que deixar uma marca, deixar um trabalho, um registro de um trabalho, aqui, nesta manhã de hoje.

Então, faço uma sugestão bem objetiva: que a gente possa votar o projeto da Lei da Permeabilidade. Pelo que foi dito aqui, nós já temos inclusive um consenso. Sobre a Lei da Compensação Urbanística, eu sou o seu Relator na comissão de mérito, que é a Comissão de Assuntos Fundiários, eu não me sinto confortável para votá-la hoje, talvez esta semana. Está certo? Mas eu coloco o meu gabinete e o meu mandato à disposição para a discussão dessa matéria e atendê-los naquilo que for possível.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	38

Também fomos surpreendidos com a regulamentação de uma lei que trata de mais uma punição ao empresário, ao comerciante, uma lei que o então Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg fez. Ela foi aprovada, dezessete anos se passaram e cinco governadores não tiveram o intuito, não quiseram fazer a regulamentação, por ser uma lei preconceituosa.

Faço aqui também um apelo, porque é uma lei que prejudica o setor produtivo, para que possamos fazer a revogação dessa lei, chamada lei dos LGBTs, que pune o empresariado, no caso, com a suspensão da licença por doze meses e com multa. Está certo?

Quero dizer que estou à disposição e também pedir, Deputado Joe Valle, um grande pacto do setor produtivo. Dois setores do governo atrapalham muito o nosso segmento. São duas áreas.

Primeiro a CAP, junto à Segeth, que já demonstrou ineficiência. Está certo? Nós aprovamos uma lei que já foi sancionada pelo Governador Rodrigo Rollemberg sugerindo que fossem remetidos e feitos convênios com o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – e o CREA – Conselho de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – para fazer a análise desses projetos. Já que se demonstrou ineficiência, que passe para esses dois conselhos e faça uma remuneração por análise desses projetos. Assim nós vamos zerar a fila em menos de uma semana. Está certo?

Outra coisa, Deputado Joe Valle, nós temos que trocar a direção do Ibram. Não tem a menor condição! Temos vários projetos parados ali. (Palmas.) Temos aqui a manifestação do setor produtivo, para que possamos, junto com o Líder do Governo e com o Presidente Joe Valle... Não tem a menor condição de mantermos a CAP do jeito como está e também o Ibram. Precisamos dar uma mexida nessas duas áreas do governo que também estão paradas.

Eu fico muito feliz aqui também, Presidente... Nós tivemos uma má interpretação da lei do Pró-DF que gerou um grande problema no nosso setor produtivo. A gente sabe que é difícil fazer parte de um programa como esse, tem muita interferência política e todos os empresários, quando trocam o governo, toda vez ali, tem um determinado problema na interpretação da lei do Pró-DF. Este governo, em especial a última gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, fez uma interpretação muito ruim da lei do Pró-DF. Nós temos quatro mil processos na Terracap para cancelamento de escritura e isso é muito grave.

Mas nós temos uma boa notícia. Estivemos com a Dra. Glenda, que estava aqui presente, da Associação Comercial, a Fibra e vários outros segmentos também, para fazermos uma atualização dessa lei do Pró-DF para, pelo menos, não termos o sofrimento de ter essas escrituras canceladas, causando um transtorno sem fim para o nosso segmento, que é o setor produtivo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	39

Tivemos uma reunião com o Secretário Valdir, a minuta já está quase pronta. Creio que, dentro de quinze dias, esse projeto deve ser entregue à Câmara Legislativa. E aqui já faço um apelo ao Presidente Deputado Joe Valle para que, na primeira quinzena do mês de agosto, a gente possa votar esses projetos.

É isso, Presidente. Colocamo-nos à disposição e faço essa sugestão de pauta para que a Câmara saia daqui com uma marca e com dois projetos importantes sendo votados.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me manifestei há pouco no sentido de que nós não votássemos os projetos. Tive a oportunidade de sair e tive como conversar com diversos representantes dos setores. Conversei também com o Líder do nosso Bloco, Deputado Wellington Luiz, e, mantendo-se o posicionamento dos maus antecedentes do governo, em princípio, eu não votaria qualquer projeto que tivesse conteúdo econômico e a origem fosse o Governo do Distrito Federal, este governo que aí está.

Todavia, em respeito ao setor produtivo e em respeito à orientação do Líder do nosso Bloco, Deputado Wellington Luiz, eu gostaria de refazer o posicionamento no sentido de que estou disposto também a votar o projeto da permeabilidade. (Palmas.)

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Atendendo aos apelos, especialmente do nosso Líder, Deputado Wellington Luiz, que S.Exa. não pede, acaba mandando, nós também nos posicionamos pela aprovação em primeiro turno da Lei da Permeabilidade e estamos aqui para dar esse voto de confiança, logicamente.

Meu amigo Botelho, com muito carinho, um cara que eu respeito demais pela sua seriedade, estamos juntos! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A palavra está com o Deputado Delmasso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	40

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, esse acordo seria para votar o primeiro e o segundo turnos, não é isso? Da Lei de Permeabilidade?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A palavra está com o Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também da mesma forma para a gente fazer a votação desse referido projeto. (Palmas.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Quero agradecer aos companheiros por esse voto de confiança. Quero dar o meu bom-dia a todos os companheiros, na pessoa do Paulo, do Luiz, enfim, a todos os nossos companheiros.

Parabenizo o nosso Presidente por esta iniciativa. Este é um gesto importante da Câmara. Teremos oportunidade de, inclusive, outros projetos avaliar. Mas, neste momento, avaliamos que seria importante a aprovação. É um anseio desse importante setor que está sendo massacrado há muito tempo. Eu acho que a Câmara tem que fazer a sua parte.

Agradeço a cada companheiro e a cada companheira que atenderam ao nosso pedido e estarão fazendo esse gesto, Presidente. É importante que a gente saia com isso aprovado, porque, com certeza absoluta, quem vai ganhar é Brasília.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria indagar se o acordo seria, logicamente, se houver a maioria, o primeiro e segundo turnos ou se seria só o primeiro turno. Se for só o primeiro turno da permeabilidade, eu gostaria de fazer uma contraproposição: que votemos o primeiro turno do item nº 1 e do item nº 2, que é o da compensação urbanística. As emendas nós discutimos na quinta-feira, em plenário, quando haverá também Câmara em Movimento, em Taguatinga. Seria esta a propositura para darmos essa resposta aqui ao setor produtivo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou consultar os Líderes, porque vou abrir outra extraordinária. Nesta primeira extraordinária aberta, nós temos a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	41

permeabilidade e o PDL da Deputada Telma Rufino. Caso haja acordo dos Líderes, nós abriremos uma segunda extraordinária com um novo PDL e com essas outras proposituras.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar V.Exa. por tirar a Câmara Legislativa do Distrito Federal de dentro da nossa estrutura. Eu acho que esta é a expectativa da população: que a Câmara Legislativa do Distrito Federal vá aonde as pessoas tenham uma expectativa que nós façamos o nosso trabalho. É uma honra muito grande, Dr. Luiz, estar aqui na sua casa.

Esses Deputados, em várias vezes, em vários momentos, fomos muito bem recebidos pelo setor produtivo. Eu, em especial, só tenho a agradecer no momento em que eu estava na Presidência da Câmara Legislativa, quando pudemos discutir muitas das ações que, hoje, graças não ao governo, mas, sim, à luta desses empresários que não desistiram da nossa cidade, que continuaram perturbando o governo até que esses projetos fossem encaminhados à Câmara Legislativa.

Então, Presidente, o que eu quero deixar de registro... e na pessoa de V.Exa. cumprimento todos os Deputados para não ficarmos nos demorando na nossa fala. Eu quero fazer aqui uma observação a todos nós. Nós sabemos que o Executivo, infelizmente, encaminhou o projeto à Câmara Legislativa do Distrito Federal nos últimos dias de votação, mas a Câmara Legislativa do Distrito Federal também tem de dar uma resposta à altura do que a sociedade espera, que é votar. Eu posso falar isso com muita tranquilidade, porque nós estávamos na Presidência da Câmara quando este projeto da permeabilidade causou e causa prejuízos para algumas empresas que tiveram que fechar as suas portas e ir embora da nossa cidade. Eu acho que a nossa responsabilidade como agentes públicos aqui... e falo isso com tranquilidade, porque tenho todos os motivos do mundo para não apoiar esse governo, para fazer minhas as palavras do Deputado Raimundo Ribeiro, em gênero, número e grau. Mas eu acho que a nossa responsabilidade com a cidade e com o setor produtivo é maior do que as nossas disputas políticas, muito maior.

Então, eu entendo que votar algo que seja a expectativa da população, respeitando as Comissões... e aqui eu quero fazer um registro do trabalho técnico que tem sido feito na CAF, na CDESCTMAT, com os nossos colegas. Dr. Luiz, é uma preocupação dos Deputados e uma preocupação legítima, por quê? Porque são projetos que vão mexer com a estrutura da nossa cidade, e talvez nós pudéssemos, se tivéssemos um tempo mais adequado, melhorar e aprimorar os projetos de lei que chegam à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Isso nós temos feito em quase 98% dos projetos que chegam à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Quero cumprimentar todos os empresários, na pessoa do nosso ex-Governador Paulo Octávio, que também se faz presente. Quero cumprimentar os

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	42

nossos comerciantes, na pessoa do Cleber Pires, que se faz aqui presente. Mas eu acho que a Casa tem que dar, sim, um sinal de avanço.

Deixo o registro que este projeto poderia ter chegado com um pouco mais de tempo à Câmara Legislativa do Distrito Federal, para que pudéssemos melhorar o projeto, mas, na falta de tempo hábil, eu acho que nós não podemos deixar mais um mês em lacuna nessa questão da permeabilidade. Nós sabemos que há empresários aqui, Deputado Joe Valle, que pagam multas milionárias para as pessoas que estão esperando receber as suas chaves. São projetos como esses que têm causado desemprego da construção civil, porque nós chegamos, infelizmente, aqui no Distrito Federal, a perder 40 mil postos de trabalho.

Então, aqui eu quero parabenizar V.Exa. por ter convocado esta reunião e pela sensibilidade de todos os Deputados, porque, quando nós votamos um projeto rapidamente, nós abrimos mão daquilo que para nós é o mais importante, que é fazer uma discussão com profundidade. Mas entre fazer uma discussão com profundidade e continuar vendo os nossos empresários fecharem as portas, nós preferimos... isto aqui foi acordo dos Líderes. Quero parabenizar. E nós conversávamos sobre isso aqui na bancada, junto com o Deputado Wellington Luiz: Nós preferimos diminuir o debate, que poderia engradecer realmente os projetos de lei, mas votar alguma coisa, para realmente mantermos os nossos empresários do Distrito Federal vivos. Eu acho que essa é a nossa grande missão.

Então, Sr. Presidente, a todos os Deputados, à Deputada Telma Rufino, a todos que chegaram a esse acordo: podem contar conosco. Eu tenho todos os motivos do mundo para ter as nossas diferenças, mas eu acho que o que nos une aqui hoje é muito maior. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Celina Leão, muito obrigado.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu quero saudar aqui o nosso Presidente Joe Valle pela iniciativa de realizar esta sessão aqui no Sinduscon. Eu gostaria de saudar o nosso Presidente, Dr. Luiz Carlos, o ex-governador Paulo Octávio, enfim, todos os empresários presentes.

Dr. Luiz, eu quero dizer que estou me sentindo em casa, não como um empresário, porque eu nunca fui, mas como um trabalhador. Eu trabalhei muitos anos nesse setor da construção civil, trabalhei em várias empresas aqui, sou técnico de edificações, desenhista, orçamentista de obra, não só eu, mas vários dos meus irmãos também trabalharam. Nós fizemos curso no Senai, em Taguatinga, e trabalhamos, eu trabalhei muitos anos nesse setor da construção civil e sei da sua importância, porque foi importante para a minha vida, para a vida dos meus irmãos, da minha família, nós, como trabalhadores. Lamento profundamente toda essa crise econômica pela qual o nosso País vem passando e a nossa cidade também.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	43

Eu quero dizer que conheço essa realidade e é por isso que, ao chegar à Câmara, eu tenho procurado ajudar. Nas vezes em que posso, converso com o Governador Rodrigo Rollemberg no sentido de criar políticas de incentivo a esse setor. E, infelizmente, temos visto pouca coisa, não só nesse governo, mas nos governos passados. E é preciso uma atenção especial, porque vocês geram emprego, geram renda para o Estado, para o País. Temos que sair dessa crise. Evidentemente, o Governo tem o papel dele, vocês também têm e a Câmara também tem.

E, ao chegar na Câmara, como eu falei aqui, eu tenho acompanhado de perto a crise nos setores de bares e restaurantes dessa cidade. E, vendo isso de perto, acompanhando, visitando esses estabelecimentos, eu vi a necessidade de alterar uma lei, que é essa atual lei do silêncio, que vem fechando vários estabelecimentos. Quase duas mil casas, bares e restaurantes foram fechados no Distrito Federal.

A Deputada Celina Leão tem razão. A Câmara também tem a obrigação dela. São dois anos que estamos debatendo isso na Casa, já fizemos inúmeras audiências públicas, sessões, debates, enfim, e a Câmara não dá resposta para a população, não dá resposta para o setor produtivo. São vários garçons desempregados, são vários músicos desempregados, são vários cozinheiros desempregados, são vários empresários que tiveram que fechar. A Câmara tem a obrigação dela também. Nós temos que debater e resolver. O problema está aí. E, muitas vezes, é muito moroso. Se formos demorar a aprovar esses três projetos que estão aqui, como estamos demorando a aprovar, avaliar e aprovar, o projeto da lei do silêncio, eu lamento dizer para vocês, mas as coisas não vão avançar. Não é isso o que eu quero.

Então, acho que essa iniciativa foi muito importante, mas precisamos avançar. A Câmara precisa cumprir o papel dela, que é ajudar o setor. E, ajudando esse setor, vai ajudar a nossa população, vai ajudar os trabalhadores, vai ajudar o Governo, porque vai aumentar a arrecadação de impostos, vai melhorar a economia da cidade. Então, está na hora de a Câmara mostrar o papel dela e estou à disposição de todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Um bom dia a todas e a todos. Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta de encaminhamento a um dos projetos, isso é em nome do nosso bloco Sustentabilidade e Trabalho – o Deputado Prof. Israel e V.Exa... na nossa composição.

Nós temos consenso sobre o projeto relativo à permeabilidade e temos consenso sobre votar o primeiro turno da compensação, abrindo a possibilidade de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	44

emendas em um segundo turno. O que é fundamental para nós é que ajustemos para dar segurança ao processo legislativo e àqueles que são destinatários, que estão na expectativa de fazer o debate sobre o projeto.

Sr. Presidente, quero propor a V.Exa., como pauta, que façamos a votação do primeiro turno dos dois projetos: o da permeabilidade e o da compensação ambiental. Assim o faço, porque penso que, neste momento de crise, o grande aceno – e parabeno desde logo V.Exa. pela ação e a Mesa Diretora – é convidar o setor produtivo a participar do debate de superação da crise. Num momento de crise, o governo, as autoridades, os agentes públicos, com uma Casa Legislativa, que não têm sensibilidade para o tema, não querem sair de coisa alguma. V.Exa. está demonstrando isso, assim como todos os nossos colegas Parlamentares, todos os partidos. Contem conosco.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite.

Passo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Joe Valle; o Presidente do Sinduscon, Luiz; o João Accioly, também da diretoria do Sinduscon; o Governador Paulo Octávio; o Secretário Adjunto de Trabalho, Thiago Jarjour.

De maneira bem objetiva, quero trazer o meu apoio ao setor produtivo. Sei que esses projetos que foram para a Câmara foram projetos construídos a quatro mãos e vão trazer mais segurança jurídica ao processo de liberação de alvarás e de habite-se. Venho aqui para trazer o meu apoio. Podem contar conosco. Eu sou o Relator da Compensação Urbanística. Inclusive, comentei com o Deputado Joe Valle que estamos prontos para votar o primeiro turno do projeto. Quero negociar umas emendas – algumas sugestões – com o setor produtivo e também com o governo. Teríamos essa semana para trabalhar, Luiz – sei que o Governador Paulo Octávio também tem interesse na matéria –, e, na quinta-feira, fazer a votação lá em Taguatinga, Deputado Joe.

Esse é o meu encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Passo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Senhoras e senhores, bom dia a todos; bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Paulo Octávio; Presidente do Sinduscon, Thiago. Está aqui também o Presidente do meu partido, Eduardo Brandão, que é um lutador da área da construção, uma área que, neste momento, vive uma crise e para qual precisamos buscar caminhos de superação. Eu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	45

vim assim, sem farda, não é, Sr. Presidente? Porque eu estava em sala. Hoje, segunda-feira, geralmente acordo assim, e vim direto para cá.

Nós vivemos um momento de decisão do País. O País precisa escolher que caminhos quer seguir. O Brasil precisa, neste momento, definir se vamos ser um país que incentiva a atividade produtiva ou se vamos permitir que as estruturas burocráticas cresçam ainda mais. O nosso País está afogado na burocracia – burocracia que é mãe da corrupção, que é mãe do subdesenvolvimento. Hoje nós temos um Estado que cria dificuldades e, depois, exige de todos aqueles que produzem empregos, que produzem dinheiro, capital, que paguem para que ele mesmo resolva as dificuldades que criou. O setor da indústria de construção tem visto isso. A emissão de alvarás em Brasília praticamente não acontece. As legislações burocratizam todo o processo. Eu, que venho do setor de educação, sei o quanto é difícil criar uma escola em Brasília. Brasília é a única unidade da Federação em que tivemos, nos últimos dez anos, uma queda de 20% no número de escolas. Nas demais unidades da Federação, houve um aumento em 30% do número de escolas particulares criadas. Nós temos certeza de que não é falta de procura, é porque o Estado não consegue emitir credenciamentos para as escolas, é porque as administrações não emitem alvarás de funcionamento, é porque os ministérios da Esplanada dos Ministérios não têm habite-se, desde a fundação de Brasília. E quem está errado? Não seriam as nossas leis o que está incorreto? Certamente, nós precisamos fazer uma avaliação profunda das nossas regras. Nós precisamos fazer com que o setor do serviço público compreenda de onde vem os recursos que mantêm a máquina pública, de onde vem os recursos que pagam os salários dos professores, que pagam os salários dos médicos e dos servidores do nosso sistema de Justiça. Há um divórcio entre o Estado brasileiro e o setor produtivo. E toda vez que o setor produtivo se encontra com o Estado brasileiro, é em meio a um emaranhado tão complexo de leis e regramentos, que essas relações muitas vezes se tornam relações inadequadas do ponto de vista republicano.

Então, nós temos um sistema doente, e essa Câmara tem oportunidade de discutir todo esse sistema, de ouvir o setor produtivo, de achar um caminho de superação para a crise que passe por uma profunda transformação do Estado brasileiro, que é hoje o pior adversário da produção, do capital, da geração de empregos. O Brasil se agarrou ao que está ultrapassado. As corporações dominaram o Estado brasileiro. Os grupos organizados exercem um poder imenso e hoje levam a maior parte dos recursos obtidos por meio do pagamento de impostos, de modo que o Brasil não tem hoje dinheiro para investimento. Gastamos tudo com o pagamento da folha salarial da máquina pública, gastamos tudo com o pagamento de custeio. E hoje, de cada cem reais que Brasília tem de imposto arrecadado, Brasília tem apenas um real e dezessete centavos para criar hospitais, asfaltar as cidades... Porque o restante do dinheiro – noventa e oito reais e alguns centavos – é destinado para pagamento de folha salarial, é destinado para custeio da máquina pública. Posso dizer seguramente, Paulo Octávio, que a máquina pública existe hoje para se manter

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	46

funcionando, e os impostos existem hoje para manter uma máquina paquidérmica, que não consegue trazer para as pessoas as soluções que elas precisam.

Então, contem comigo nessa percepção. Sou professor de história, mas sou muito antenado no setor produtivo, porque esse é o motor da história, é o que faz o mundo girar. E eu percebo uma situação, hoje, no país, muito semelhante a uma situação que antecedeu algo que é até folclórico na cabeça de todos nós, que é a Revolução Francesa: uma captura dos recursos públicos por pequenos grupos muito organizados e o estrangulamento da atividade produtiva, que levou a França à convulsão e a tudo aquilo que nós vivemos, com 5 milhões de mortos. O Brasil precisa refletir sobre isso, e a gente precisa apresentar soluções para um Estado que se apresenta como adversário da produção de riqueza.

Parabéns para os que produziram este evento! Parabéns, Presidente Joe Valle, por este evento maravilhoso!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Prof. Israel.

Terminadas as falas dos Deputados, eu gostaria de convocar todos os Deputados para entrarem na sala da sessão.

Sobre a Mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Obrigado. Vou suspender a sessão por quinze minutos, para que os Deputados possam fazer o acordo final da votação. É o pedido de alguns Líderes.

Suspendo a sessão por quinze minutos. Chamo os Deputados para irem à sala que fica ao lado do café. Obrigado.

(Suspensa às 12h03min, a sessão é reaberta às 12h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens de 1 a 153 relativos aos vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições da Ordem do Dia, como os itens extrapauta.

Não havendo manifestação em contrário, solicito à Secretária que proceda à leitura do primeiro item para votação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a inclusão, como item extrapauta, do PDL nº 300, de 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato. Será incluído na próxima sessão extraordinária, como combinado.

Acato a questão de ordem para inclusão na próxima sessão extraordinária.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em regime de urgência, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das Comissões. Foram apresentadas uma emenda pelo Poder Executivo e duas emendas de Plenário. A CAF, a CDESCTMAT e a CCJ deverão se manifestar em Plenário sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Relator da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Robério Negreiros, que apresente o seu parecer sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, peço ao Secretário da Comissão, arquiteto e urbanista, Fábio Fuzeira... (Pausa.)

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria retirar a emenda que eu protocolei.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Antes de manifestar meu voto, eu gostaria de agradecer à querida Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputada Telma Rufino, por ter designado a mim esta relatoria. Eu fico absolutamente tranquilo, até mesmo porque eu tive a oportunidade de conhecer o atual secretário desta comissão, o competente arquiteto urbanista Fábio Fuzeira, que também foi meu secretário na época em que eu fui da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Certamente, o tempo é exíguo, mas eu voto com uma proficiência muito grande, até porque nós Parlamentares temos que saber de tudo um pouquinho. Mas, como esses temas são muito complexos, ter como assessoria técnica uma pessoa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	49

que já teve a oportunidade de acompanhar PDOT e tudo mais, uma pessoa por quem tenho uma admiração muito grande, faz com que eu vote com muita proficiência.

Então, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários. Eu acato a emenda modificativa apresentada pelo Poder Executivo, sem maiores delongas, porque vem só para aperfeiçoar. E a emenda Aditiva do Deputado Julio Cesar foi retirada pelo mesmo. Faço um voto político, não um voto técnico, para que haja um acordo de votação na Câmara em Movimento Temática e, com essa resposta ao setor produtivo, eu acato a emenda de autoria do Deputado Delmasso e outros.

Ele trata de uma matéria que, como está em artigo em separado, ela tira os templos religiosos... Eu vou ler aqui, porque fica melhor. A do Deputado Delmasso teve uma forma mais completa, porque, no Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, ele cita nesta emenda a Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009. Mas o resultado é mais ou menos o mesmo, excetuando do artigo 5º do projeto que trata das edificações destinadas a entidades ou instituições sem fins lucrativos, mesmo que em caráter assistencial, incluindo associações civis, esportivas, religiosas e de ensino. Eu não concordo com isso, porque fere o Princípio da Isonomia, mas como está em um artigo em separado e não no escopo do texto, que poderia comprometer todo o esforço... Eu vou votar e cabe depois ao Governador e a equipe dele vetar ou não.

Então, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017. A Emenda do Deputado Julio Cesar foi retirada; então, não está no mundo jurídico. Aprovo as Emendas nºs 1 e 3 nesta comissão.

É o meu voto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre o projeto e sobre as emendas.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, o Relator seria o Deputado Chico Vigilante, que não está presente por de ter feito uma cirurgia. Então, eu avoco a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	50

relatoria. E, como muito bem disse o Deputado Robério Negreiros, não será um voto técnico, mesmo porque o Relator é o Deputado Chico Vigilante, mas seguindo o que foi apresentado pela CAF, eu vou seguir o mesmo raciocínio.

Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao PLC nº 109, de 2017, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal”. Diante do exposto, nós nos manifestamos pela aprovação do PLC nº 109, de 2007, no âmbito desta comissão, acatando a Emenda Modificativa nº 1, apresentada pelo Poder Executivo, e a Emenda Aditiva nº 3.

Sr. Presidente, é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e sobre as emendas.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao PLC nº 109, de 2017, que “dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos localizados no Distrito Federal”.

Sr. Presidente, o projeto visa garantir o armazenamento e o aproveitamento das águas pluviais, atingindo uma margem de segurança hídrica inexistente nos dias atuais. A matéria atende aos princípios da constitucionalidade, regimentalidade, não havendo óbice a sua aprovação.

Assim, votamos pela admissibilidade do PLC nº 109, de 2017, com as Emendas nº 1 e nº 3. A Emenda nº 2 foi retirada.

Sr. Presidente, é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	51

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

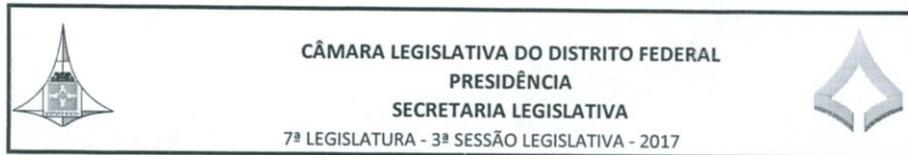
Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

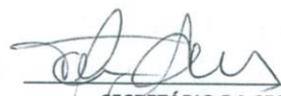
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	52



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2017 DATA: 26/06/2017  
 AUTORIA PODER EXECUTIVO  
 TURNO: 1º ( x ) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			18	0	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

  
 SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência gostaria de registrar que há duas ausências. O Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Chico Vigilante estão ausentes por motivo de problema de saúde.

Item nº 3:

Discussão e votação, em regime de urgência, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira”.

A proposição não recebeu pareceres das comissões.

A Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar em plenário sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	54



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS



PARECER Nº 01 , DE 2017 – CAS

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS ao PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 293, de 2017, concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira.

**AUTORA:** Deputada TELMA RUFINO

**RELATORA:** Deputada LUZIA DE PAULA

## I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017 de autoria da Deputada Telma Rufino, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira.

Em sua justificativa a autora apresenta a trajetória do homenageado, dando ênfase aos aspectos que comprovam a concessão do título.

Não foram apresentadas emendas à propositura no transcurso do prazo regimental.

É o Relatório.

## II – VOTO DA RELATORA

Nos termos do art. 65, I, "I" do Regimento Interno desta Casa, compete a Comissão de Assuntos Sociais analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias que versem sobre a concessão de título de cidadão honorário ou benemérito.

A presente proposição reveste-se de notável relevância quando consideramos a trajetória da personalidade agraciada com esta homenagem, trabalhador, líder

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	55



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS



sindical, servidor público e empresário de sucesso. Em sua jornada como homem público não resta dúvida da sua contribuição em favor da sociedade do Distrito Federal, pela sua importância e domínio nas áreas sindicais e empresariais.

O Projeto de Decreto Legislativo em referência que homenageia o Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira, atende a todos os requisitos estabelecidos na Resolução nº 250, de 2011, não havendo, portanto, qualquer óbice a sua aprovação.

Diante do exposto, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de junho de 2017.

\_\_\_\_\_  
Deputado

*Presidente*

\_\_\_\_\_  
Deputada  
**LUZIA DE PAULA**  
*Relatora*

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	56

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero falar a todos da construção civil que esse título de Cidadão Honorário de Brasília é uma homenagem não só ao Luiz, mas a todos vocês da construção civil. (Palmas.)

O presente projeto de decreto legislativo visa prestar justa homenagem ao Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira.

O empresário iniciou a sua graduação em Engenharia Civil na Escola de Minas de Ouro Preto, curso que finalizou, posteriormente, na Universidade de Brasília – UnB. Natural de Campos Florido, município de Minas Geras, hoje exerce o cargo sócio-diretor das empresas LDN Empreendimentos de Engenharia e Construtora LDN Ltda., desde 1979.

Durante a sua trajetória, Luiz Carlos atuou em diversos cargos públicos. Foi Presidente do Fórum Empresarial do DF, que congrega cinco federações e 83 entidades de classe; chefiou o serviço de cadastro da Novacap e foi conselheiro da administração do Metrô-DF. Exerceu, também, o cargo de vice-presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, por dois mandatos, e foi diretor imobiliário da Associação Brasileira de Construtores – ASBRACO. Atuou ainda como Presidente do Pensamento Nacional de Base Empresarial e conselheiro do trabalho na Confederação Nacional da Indústria – CNI, durante 8 anos.

Antes de ingressar na carreira sindical, trabalhou como sapateiro, motorista de táxi, servidor público, professor de Matemática entre outras profissões. Após formado, atuou em diversas ramos da Engenharia Civil.

Em sua jornada como homem público não resta dúvida de sua contribuição em favor da sociedade do Distrito Federal, pela sua importância e domínio nas áreas sindicais e empresariais.

Diante do exposto e da relevância que se reveste a matéria, solicito apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste relevante projeto de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Telma Rufino.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	57

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017, atende a todos os requisitos da Resolução nº 250, de 2011, quanto aos critérios para a concessão dos títulos de Cidadão Honorário e Cidadão Benemérito de Brasília, não havendo nenhum óbice a sua aprovação.

Assim, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, manifestamo-nos pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

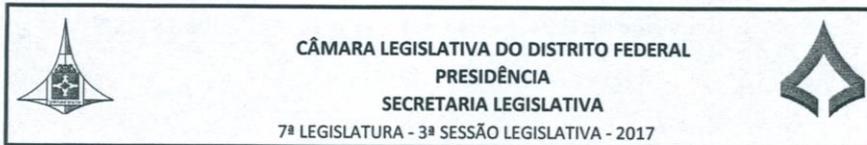
Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	58



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293/2017 DATA: 26/06/2017  
 AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO  
 TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA ( X )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT				1		
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			17	0	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO  
 DEPUTADA TELMA RUFINO

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2017	9h05min	16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

“Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Engenheiro Luiz Carlos Botelho Ferreira”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato, após esta sessão extraordinária, para discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2017, de autoria do Poder Executivo, e demais itens constantes da pauta da Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 13h17min.)